

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Andressa Marian da Silva

**CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: O TRABALHO SOCIAL
COM IDOSOS NO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM
SANTA MARIA/RS**

Santa Maria, RS

2015

Andressa Marian da Silva

**CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA:
O TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS NO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA
VIDA” EM SANTA MARIA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Serviço Social, Área da Habitação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**.

Orientador: Prof^a. Cassia Engres Mocelin

Santa Maria, RS

2015

Andressa Marian da Silva

**CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: O TRABALHO SOCIAL COM
IDOSOS NO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM SANTA MARIA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Serviço Social, Área da Habitação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**.

Aprovado em 03 de dezembro de 2015:

Cassia Engres Mocelin, Me.
(Presidente/Orientador)

Rosane Janczura, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha falecida mãe, Marcilei Marian; por sua incansável insistência nos meus estudos e todas as dificuldades que passara em vida, sempre com um sorriso no rosto, para que eu pudesse chegar até aqui. Se eu segui em frente, foi para que continuasse me olhando com orgulho, esteja onde estiver.

Dedico também à minha filha Isabelle Marian Pereira, que veio como um sinal de luz e esperança como o melhor acontecimento da minha vida, tornando-se mais um motivo- o principal- para que eu não desista de alcançar a realização profissional através do esforço e estudo, e que assim eu também possa lhe servir como um exemplo sempre que pensar em desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de ter cursado um ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Agradeço a todos que me auxiliaram de diferentes formas durante a minha graduação. Primeiramente à Prof^a. Cassia Engres Mocelin, minha supervisora acadêmica no estágio curricular II e também orientadora deste trabalho, obrigada pela confiança, dedicação, compreensão e paciência de sempre; pelas extensões de prazos; por todos os livros e artigos indicados em cada orientação; pela sua sede de conhecimento e capacidade de indignação contagiante; por ser esta pessoa tão inteligente e empoderada que mesmo 4 horas inteiras de aula não se tornam entediantes. Obrigada por ser este exemplo de assistente social; sempre ética, profissional e incansável na luta pela garantia dos direitos dos usuários.

À Prof.^a Dra. Rosane Janczura, agradeço pelo aceite em fazer parte da minha banca de avaliação, sei que suas considerações qualificarão ainda mais este estudo. Ao meu supervisor acadêmico no estágio curricular I, Prof. Fabio Gaviraghi, que embora pelo pouco tempo de supervisão, agradeço imensamente a todo conhecimento construído em conjunto. À minha supervisora de campo Angela Maria Oliari, exemplo de profissional de luta e resistência, minha primeira referência positiva da prática profissional. Obrigada pelos ensinamentos e conselhos de sempre, por sempre acreditar no meu potencial como profissional e principalmente pela amizade que construímos nestes anos de convivência.

Agradeço aos colegas da primeira turma de Serviço Social da UFSM, especialmente às colegas Andressa Baccin, Daniela Refatti Simões, Fabiane Banderó Höffing e Graciela Ribeiro, hoje excelentes profissionais as quais tenho orgulho de ter conhecido e ser amiga. Obrigada por toda a força e incentivo, que a vida nos mantenha sempre por perto.

À minha tia, Maria Cleci Oliveira, que não mediu esforços para que eu não desistisse da graduação após o falecimento de minha mãe e todas as dificuldades que passamos. Aos meus amigos e às melhores amigas que eu poderia encontrar, Roberta Stephanie de Souza e Juliana Carpes da Silva pela força de sempre, apoio e auxílio mútuo, longas discussões inteligentes na madrugada, conselhos, críticas e principalmente pelo amor e carinho que têm com a nossa Isabelle. São tantas coisas a agradecer a vocês que um TCC inteiro não seria suficiente. Obrigada!

RESUMO

CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: O TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS NO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM SANTA MARIA/RS

AUTORA: ANDRESSA MARIAN DA SILVA
ORIENTADORA: PROF. ME. CASSIA ENGRES MOCELIN

Este trabalho apresenta a experiência de estágio acadêmico na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do município de Santa Maria/RS, no programa habitacional do governo federal “Minha Casa, Minha Vida” realizada nos períodos de agosto a dezembro de 2013 e março a julho de 2015. Fez-se necessário compreender o processo de formação das cidades no Brasil, os programas habitacionais implantados e as características do Serviço Social na habitação e do trabalho social em intervenções habitacionais. Procurou-se abordar o direito à convivência familiar e comunitária e a relação com o trabalho social com idosos juntamente com a assistência social, por estarem conectados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O trabalho social com idosos é a temática do projeto de intervenção executado no Residencial Dom Ivo Lorscheiter e apresentado no último capítulo deste trabalho. É fundamental o planejamento do trabalho com esta população em intervenções habitacionais, pois o idoso muitas vezes sente-se excluído gradativamente por pensar que, ao não ser economicamente ativo, já “não serve mais” socialmente. Quando vai para uma nova moradia, passa por mudanças em sua rotina e desta forma, é necessário o trabalho social para que desenvolva o sentimento de pertencimento àquele novo local, ou para que seja (re) incluído na comunidade e consiga criar vínculos e redes de apoio com seus vizinhos. Considera-se, portanto, imprescindível o trabalho do assistente social para que, através da gestão, planejamento e execução dos programas habitacionais e do trabalho social, haja a viabilização de direitos e o fortalecimento dos usuários.

Palavras-chave: Serviço Social. Habitação. Minha Casa Minha Vida. Assistente Social na Habitação. Trabalho Social. Idosos. Convivência Familiar e Comunitária.

ABSTRACT

FAMILY AND COMMUNITY LIFE: THE SOCIAL WORK WITH SENIORS ON PROGRAM "MINHA CASA, MINHA VIDA" IN SANTA MARIA/RS

AUTHOR: ANDRESSA MARIAN DA SILVA
ADVISORA: PROF. ME. CASSIA ENGRES MOCELIN

This work presents the academic internship experience on Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária in the city of Santa Maria, on federal government's housing program "Minha Casa, Minha Vida", accomplished between august and december 2013 and march and july 2015. It was necessary understand not only the city's formation process of the Brasil, but also the housing's program implanted along the years and the Social Service's characteristics on the social work and housing interventions. It was approached the family and community life right, and the social work's relation with seniors along with social assistance, mainly by being connected by the Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. The social work with seniors is the theme of intervention project executed on Residencial Dom Ivo Lorscheiter and it's also shown in the final chapter of this work. The planning of the work with this part of population in housing interventions is really important because in the most of the times the seniors already feel excluded by thinking that, since they are not economically actives, they also aren't social important. When they are relocated, they go through changes in their routines, therefore is necessary that the social work develops a feeling of belonging to that new place and make then feel included in the community so they can build relationships and support networks with their neighbors. It is considered, therefore, very important the function of the social workers in order that, through management, planning and execution of the housing programs and of the social work, it becomes possible the viability of rights, the recovery of citizenship and the strengthening users.

Key words: Social Service; housing; Minha Casa, Minha Vida; social worker housing; social work; seniors; family and community life.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL	11
2.1	O processo de formação das cidades e urbanização	11
2.2	O estatuto da cidade e a política nacional de habitação	20
2.2.1	O Estatuto da Cidade	21
2.2.2	A Política Nacional de Habitação	25
2.3	O Programa de Aceleração do Crescimento e o programa “Minha Casa, Minha Vida”	29
2.3.1	O Programa de Aceleração do Crescimento	29
2.3.2	O programa Minha Casa, Minha Vida	32
3	O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL	37
3.1	A gênese do Serviço Social e as expressões da questão social na habitação	37
3.2	O trabalho social no programa Minha Casa, Minha Vida	45
3.3	A trajetória dos direitos do idoso, a convivência familiar e comunitária e o trabalho social com idosos	51
4	A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA HABITAÇÃO	60
4.1	A Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria/RS	60
4.2	O processo de trabalho do assistente social no programa “Minha Casa, Minha Vida”	65
4.3	Grupo de convivência para idosos do Residencial Dom Ivo Lorscheiter “Construindo Laços”	72
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICE A- ROTEIRO DE VISITA DOMICILIAR	90
	APÊNDICE B- MODELO DE CONVITE	95
	APÊNDICE C- FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO	95

1 INTRODUÇÃO

A transição demográfica a qual o Brasil vivencia traz mudanças significativas na distribuição etária da população brasileira. Neste novo cenário, o envelhecimento populacional representa um grande desafio para as políticas públicas, exigindo a necessidade de ampliação do conhecimento a fim de direcionar ações voltadas a dar conta das demandas que trazem.

É reconhecido o avanço no campo das políticas públicas de proteção ao idoso que vêm sendo implantadas, definindo diretrizes no sentido de consolidar um Sistema de Garantia de Direitos da Pessoa Idosa e proporcionar uma melhor qualidade de vida a este segmento. Um destes avanços consta no Artigo 38 da Lei 10.741, o Estatuto do Idoso que é a destinação de 3% das unidades residenciais construídas através de programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos para o atendimento aos idosos.

Em Santa Maria, através da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e da CAIXA Econômica Federal, executa-se a faixa I do programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), programa habitacional destinado à população que possui renda bruta mensal familiar de até R\$1.600,00. No referido município já foram entregues através do PMCMV, 420 apartamentos no Residencial Videiras e 1.078 casas distribuídas nos Residenciais Zilda Arns e Dom Ivo Lorscheiter, somando 1.498 residências. Atualmente estão sendo construídas mais 362 unidades habitacionais no Residencial Leonel Brizola.

O presente trabalho foi elaborado a fim de atender a exigência do curso de graduação de Bacharelado em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – RS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Ter realizado o estágio extracurricular durante 02 anos (2011-2013) na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria/RS e também o estágio curricular nível 01 e 02, durante 02 semestres letivos (agosto a dezembro de 2013 e março a julho de 2015) e estágio extracurricular no Serviço Nacional de

Aprendizagem Comercial (SENAC) ¹, durante os meses em que elaborei este trabalho de conclusão (a partir de agosto de 2015), proporcionou-me perceber afinidade tanto com a política habitacional quanto com a população idosa, segmento este muitas vezes esquecido na sociedade e nos projetos sociais. Outra percepção foi acerca da importância que a população idosa dá a conquista da casa própria, tendo sonhado durante praticamente toda sua vida com esse momento que além de mudança da casa é também mudança de vida, de rotinas, de hábitos e de vizinhos.

Iniciamos este trabalho com o capítulo 1, que é esta Introdução, realizando uma breve abordagem do que será tratado ao longo do texto.

O capítulo 2 intitulado “A política de habitação no Brasil”, busca apresentar a trajetória da política habitacional brasileira, contemplando o processo de formação e urbanização das cidades, bem como analisar o Estatuto da Cidade, de 2001, e a atual Política Nacional de Habitação-PNH, instituída em 2004, e também uma breve descrição e explanação sobre os principais programas habitacionais de interesse social existentes atualmente, o Programa de Aceleração do Crescimento, desde 2007, e o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, implantado em 2009 como uma estratégia de efetivação da PNH, que visa garantir o acesso à moradia digna pela população que se enquadre nos critérios definidos pelo Ministério das Cidades.

No capítulo 3, intitulado “O serviço social na política habitacional”, será abordada primeiramente a gênese do serviço social e a questão social e suas expressões na habitação como objeto de intervenção do profissional, de que forma está inserido o serviço social na área habitacional e como se dá o trabalho social em programas habitacionais. O último item deste capítulo trata-se de uma breve trajetória da assistência social brasileira focalizada nos direitos dos idosos, até chegar ao direito à convivência familiar e comunitária como um direito social inserido nas legislações brasileiras e que é exercido através do trabalho em grupos de convivência, e, finalmente faz-se uma análise do trabalho social com idosos, tema do Projeto de Intervenção executado e deste trabalho.

¹ Empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, após processo de licitação, para executar o Projeto de Trabalho Social elaborado pela assistente social da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, no Residencial Dom Ivo Lorscheiter, empreendimento financiado através do programa “Minha Casa Minha Vida”.

O capítulo 4, “A experiência de estágio na habitação”, busca apresentar a secretaria municipal campo de estágio, Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria/RS, órgão público pertencente à Prefeitura Municipal de Santa Maria, bem como analisar o processo de trabalho do assistente social no programa “Minha Casa, Minha Vida” no referido município e finalmente descrever o Projeto de Intervenção executado, que teve como objetivo criar um grupo de convivência da população idosa moradora do “Residencial Dom Ivo Lorscheiter”².

O Residencial acima referido, objeto do projeto de intervenção que deu origem a este trabalho de conclusão de curso, possui 578 unidades habitacionais geminadas, sendo que destas, 20 foram destinadas para idosos titulares na inscrição para o Programa e todos os beneficiários ocuparam suas casas em dezembro de 2014. Conforme veremos, o projeto teve como público alvo, 15 dos 20 idosos do Residencial, os quais foram selecionados por critério de proximidade.

O último capítulo aqui apresentado é o de número 5, onde serão apresentadas as considerações finais deste trabalho.

² Localizado na Vila Maringá, bairro João Luiz Pozzobon, região leste e zona urbana de Santa Maria/RS.

2 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL

2.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS CIDADES E URBANIZAÇÃO³

A questão da moradia sempre foi um problema estrutural em nossa sociedade. Isso se deve principalmente a fins do século XIX, devido à legitimação do término da escravidão⁴, ao êxodo rural consequente da crise cafeeira e aos grandes aglomerados urbanos consequentes da Revolução Industrial, iniciada na Europa, no século XVIII, e no Brasil mais tardiamente, no século XIX, a partir da década de 20.

Segundo Janczura; Noal (2011, p. 160),

No Brasil, a crise da habitação, surge no final do século XIX e início do século XX, sendo consequência do crescimento da população urbana, ocasionado principalmente por três motivos, a saber: abolição da escravidão, crise da lavoura cafeeira e pelo processo de industrialização. Com isso, uma enorme quantidade de trabalhadores, vindos principalmente desses setores, é atraída para as grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo que mais adiante se transformaram em grandes centros industriais. Somado a tudo isso, nesta época, temos ainda, uma política de atração de migrantes europeus, que, teoricamente, por já possuírem experiência em indústrias europeias poderiam contribuir para o desenvolvimento da industrialização no país.

Esse contexto, fruto da relação capital/trabalho implicou no surgimento do comércio, das feiras e consequentemente, das cidades. Com a Revolução Industrial, milhares de pessoas deixaram suas vidas no campo para trabalhar nas indústrias, até mesmo vindas de outros países, em busca de uma condição de vida melhor. Porém, a situação encontrada não foi a desejada, muito menos adequada ao desenvolvimento social dessa população, já que a cidade não tinha estrutura para receber os novos habitantes e nem postos de trabalho suficientes.

Desta forma, os trabalhadores tornaram-se vítimas dos detentores do poder/capital, pois, além das péssimas condições de trabalho que ofereciam, ainda havia a necessidade de acomodar os operários próximos às fábricas em que

³ Segundo Gonçalves, "urbanização é o processo de transformação do espaço em decorrência da sua utilização e modificações introduzidas por determinantes sociais, econômicos e políticos" (2000, p. 251).

⁴ Os escravos libertos, abandonados à própria sorte, já não tinham mais onde morar e construíram suas próprias comunidades na periferia das cidades.

trabalhavam, então construíam cortiços e casas com estruturas precárias, de cômodos insuficientes, em situações de extremo descaso, aglomerados em locais sem saneamento básico e pavimentação, contribuindo assim com o crescimento desordenado dos centros urbanos, cobrando aluguel e obrigando-os a viver em péssimas condições de trabalho e de vida.

Nesse contexto, diversas cidades brasileiras tiveram, entre o final do século XIX e início dos anos de 1930, o problema da habitação agravado, pois o poder público atuando de maneira pontual e ineficiente, dava as empresas privadas o direito de produzir e gerir as habitações individuais e coletivas para população de baixa renda, no entanto, essa não gerava lucro. Além disso, o poder público via nessa forma de habitação uma ameaça à ordem pública, como algo imoral e degradante ao espaço urbano (DUMONT, 2011, p. 27).

Essa conjunção de acontecimentos levou a níveis de pobreza, desigualdades e violência nunca antes vistos no país, os quais precisavam ser contidos- ou pelo menos afastados dos centros, para que não causasse uma “má impressão” aos visitantes e afetasse os investimentos estrangeiros aspirados durante a ascensão industrial brasileira.

Sendo assim, a forma que o governo encontrou para impulsionar a segregação espacial e social das camadas de menor poder aquisitivo da região central das cidades, foi principalmente a especulação imobiliária⁵, seguida da repressão através do poder policial, tratando a questão social como “caso de polícia”. Em 1937 foi criado o Código de Obras, que proibia a construção de novos cortiços e habitações insalubres e sem higiene, e até mesmo a melhoria dos já existentes (JANCZURA; NOAL, 2011).

Em relação às medidas adotadas pelo Estado frente a essa primeira crise da habitação, limitou-se a concessão de favores para a iniciativa privada construir habitações para os trabalhadores, como isenção de impostos para importar materiais e de impostos municipais se as habitações fossem construídas fora da área central. Por habitações, neste momento, entende-se a construção de vilas operárias, casas unifamiliares construídas em série; realizadas por empresas, para abrigar seus funcionários ou pela iniciativa particular, como forma de investimento. As habitações eram alugadas, significando investimentos garantidos para os seus proprietários,

⁵ Melhoria da infraestrutura das cidades com objetivo de aumentar o valor dos imóveis para que grande parte da população não tenha condições financeiras de morar. Ver mais em <<http://mikemoreira.jusbrasil.com.br/artigos/136067251/a-especulacao-imobiliaria-versus-a-funcao-social-da-propriedade>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

nesse período não existiam formas de financiamento para aquisição da casa própria (BARON, 2011, p.107).

Insatisfeitos com o ambiente em que se encontravam, os operários começaram a articular e reivindicar seus direitos por melhores condições de trabalho e principalmente moradia. Os cortiços e favelas tornaram-se espaços de lutas e resistências, dando origem a uma correlação de forças entre sociedade civil e Estado; onde o proletariado organizara-se em sindicatos e insistira na prioridade não apenas da moradia, mas também da urbanização nos espaços em que viviam, como saneamento básico, iluminação urbana e infraestrutura adequada.

É nesse momento que verificamos a ampliação e consolidação da chamada “cidade ilegal”, onde se encontram as favelas, os cortiços, os loteamentos clandestinos, etc. São regiões constituídas por uma população segregada a partir da especulação imobiliária, da segregação espacial e social (DUMONT, 2014, p 27).

Estas regiões à margem da sociedade tornaram-se os únicos espaços disponíveis para a moradia da população com baixo poder aquisitivo; e o Estado, ainda inconsciente da necessidade de uma política habitacional que organizasse e planejasse essas ocupações, acabou sendo o maior agravante da crise habitacional que hoje vivenciamos.

Ainda assim, algumas medidas importantes foram adotadas ao longo da história, como a inclusão desta temática na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, através do artigo XVII que diz “1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros (ONU, 1948)”; passando a propriedade a ser um direito fundamental da pessoa humana.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos (ONU, 1948) ⁶.

⁶ Ver mais em <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>> Acesso em: 20 set. 2015.

A partir das mobilizações da população, o Estado sentiu então a necessidade de adotar a moradia como uma questão social, fruto da desigualdade, contradição e exploração; que deve ser objeto de uma política habitacional e, que, apesar da introdução tardia na Constituição Federal Brasileira⁷, foi ratificada como direito social básico para a população brasileira, onde ainda estabelece:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (BRASIL, 1988).

Ao longo da história, várias medidas, incentivos e iniciativas foram tomadas por parte do governo brasileiro, caracterizando um esboço de política habitacional, mesmo que nem sempre eficiente.

Por volta dos anos 30, algumas funções relativas à habitação são assumidas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões- IAPS (que substituíram as Caixas de Aposentadoria e Pensões, voltadas para os trabalhadores ferroviários), tais como o financiamento de casas, mas somente era acessível aos associados (GONÇALVES, 2000).

A primeira vez que o Estado realmente assume a responsabilidade pela oferta de habitações se dá em 1937, quando Getúlio Vargas cria as Carteiras Prediais, uma ação ligada aos sistemas de previdência com atendimento exclusivo aos associados, sendo as ações anteriores consideradas apenas medidas legais que demonstravam somente preocupação com as condições higiênicas da cidade, já que as moradias encontravam-se próximas às regiões centrais (SACHS, 1999 apud JANCZURA; NOAL, 2011).

Outra ação tomada pelo governo Vargas em relação à habitação foi a Lei do Inquilinato, em 1942, sendo esta, porém, uma ação elitista (já que a classe baixa não tinha condições financeiras de alugar imóveis), pois tinha como objetivo incentivar a aquisição de casa própria, congelando o preço dos aluguéis e desestimulando a acumulação de renda através dos aluguéis (JANCZURA; NOAL, 2011).

⁷Apesar de a Constituição Brasileira datar de 1988, a moradia como um direito social foi inserida explicitamente apenas no ano 2000, através da Emenda Constitucional nº 64, de 2010, e atualmente encontra-se no artigo 6º, *caput*.

Em 1946, foi então criada a Fundação da Casa Popular, o primeiro esboço de uma política habitacional brasileira, onde objetivava “centralizar, e coordenar as atividades de pesquisa, diagnóstico, planejamento e financiamento no campo da habitação” (GONÇALVES, 2000, p.253).

De acordo com Sachs (1999) apud Janczura; Noal (2011, p. 161), a Fundação Casa Popular

[...] tinha a finalidade de centralizar a política de habitação e visava não apenas a construção de moradias populares como também o fomento a toda a cadeia produtiva da construção civil, locação de imóveis, investimentos em infraestrutura e saneamento, com abrangência a nível nacional, estendendo-se à área rural.

Esta Fundação não cumpriu efetivamente todas suas metas, pois como não possuía fonte de recursos próprios, realizou apenas alguns financiamentos através dos IAPS.

Durante o regime militar (1964- 1985), foi então instituído o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo⁸ e criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), pela Lei 4.380 de 21 de março de 1964. O BNH tinha como objetivos, além de propiciar a construção e aquisição de moradias, com prioridade para as famílias de baixa renda, também passou a prover obras de infraestrutura urbana, tais como saneamento básico e desenvolvimento urbano (GONÇALVES, 2000).

Quanto à sua execução, o BNH⁹, que perdurou por 22 anos, também não cumpriu com êxito todas as suas metas, já que, além de focar na disponibilização de valores¹⁰, teve grandes dificuldades com a adimplência dos adquirentes e pouco

⁸ Também nomeado de Sistema Financeiro de Habitação ou Sistema Brasileiro de Habitação. Segundo Dumont (2014, p. 28), este “recebia recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1967, e mantido pela poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros, que juntamente com a poupança voluntária, formou o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos”.

⁹ Em 1975, de um milhão e 143 mil habitações até então financiadas pelo BNH, somente 264 mil se destinaram ao mercado popular, 470 mil foram financiadas para o mercado médio e 121 mil através do RECON, que não especifica renda, sendo que o mercado econômico, o mais necessitado, recebeu o financiamento de apenas 187 mil unidades habitacionais (SILVA, 1989 apud JANCZURA; NOAL, 2011, p.162- 163).

¹⁰ Não auxiliando na construção das moradias, o que implicava em obras muitas vezes sem um planejamento técnico, e quando os valores eram destinados para a construção de prédios, havia então um padrão, o qual, porém, não respeitava as características de cada região, causando uma “desorganização urbanística”, conforme apresenta Russo (2012, p.24).

beneficiou sua população alvo, atingindo em maior parte as classes média e alta, o que contribuiu para agravar a situação de desigualdade e segregação no país¹¹.

Convém ressaltar que, embora ocorresse o desvirtuamento dos propósitos do BNH houve algumas tentativas de redirecioná-lo mediante a criação de alguns programas específicos voltados para os segmentos de baixa renda, tais como o Plano Nacional de Habitação Popular (Planhap), em 1973; o Programa de Lotes Urbanizados, em 1975 e reformulado em 1978; o Programa de Lotes Urbanizados, em 1975 e reformulado em 1978; o Programa de Financiamento Individual para Construção, Aquisição e Melhoria de Habitação de Baixa Renda (Ficam), em 1977; o Programa de Erradicação da Sub-habitação (Promorar), em 1979; o Programa Nacional para o Trabalhador Sindicalizado (Prosindi), em 1980. Mas, o BNH não resistiu e foi extinto em 21/11/86, pelo Decreto-lei nº 2.291. A partir daí, foram transferidos os seus direitos e obrigações para a Caixa Econômica Federal, que passou a ser o carro-chefe da política habitacional, no que se refere ao Sistema Financeiro de Habitação (GONÇALVES, 2000, p.254).

Outra ação habitacional bastante significativa durante os anos de 1964 e 1965 foi a implantação das Companhias de Habitação Popular (COHABs), programa que também financiava moradias populares a população com baixa renda, mas que ao longo do tempo perdeu forças devido a inadimplência dos mutuários (com a queda do poder aquisitivo do salário mínimo). Entre os anos de 1975 e 1980 houve então uma reestruturação das COHABs, passando os financiamentos a serem destinados principalmente para a população de classe média, onde a inadimplência era menor e os juros poderiam ser mais altos (DUMONT, 2014).

Ainda durante o período da ditadura militar brasileira, o planejamento das cidades era tido como a solução para a questão da urbanização, porém esta metodologia não levava em conta as diferentes formas de povoamento (as chamadas “cidades ilegais”¹²), fazendo com que os movimentos sociais fossem tratados como casos de polícia, com forte repressão.

Durante os anos 80 e início de 90¹³, o Brasil passa por uma grave crise econômica, tendo como consequências a inflação, o desemprego e a queda dos salários, afetando também o Sistema Financeiro de Habitação, pois com a

¹¹ À medida que as classes média e alta cresciam e tinham acesso a financiamentos habitacionais, àqueles que pertenciam à classe com baixa renda só restaram as ocupações irregulares em regiões periféricas das cidades.

¹² Conforme Dumont, 2014.

¹³ Governo Sarney (1985-1990).

diminuição dos saldos do FGTS e da poupança, houve uma considerável redução na capacidade de investimentos, o que implicou na extinção do BNH e das COHABs (DUMONT, 2014). Neste período há ainda alguns programas alternativos de construção de moradias, como o Pró-morar, o João de Barro e o PROFILURB que precederam o Programa Nacional de Mutirões Comunitários, os quais, porém acabaram tendo seus recursos mal utilizados (JANCZURA; NOAL, 2011).

Com a Constituição de 1988 e a reforma do Estado, o processo de descentralização, um dos pontos principais do modelo proposto, ganha base para se efetivar. Dentro do processo de descentralização se estabelece uma redefinição de competências, passando a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional (BRASIL, 2004, p.10).

Desta forma, a (re) democratização do país com a implantação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, a promulgação da Constituição Federal em 05/10/1988 e ainda a reforma do Estado, há então o início de um processo descentralizador que formaria as bases das mobilizações para a Reforma Urbana e a criação de uma política de desenvolvimento urbano do país.

A Reforma Urbana teve como marco principal a inclusão do capítulo II- *Da Política Urbana*, contendo os artigos 182 e 183, na Constituição Federal, que serão apresentados no item 2.2.

Na década de 90, presidência de Itamar Franco¹⁴ há uma retomada das obras e ações iniciadas nos governos anteriores e implantação de dois projetos alternativos, novas tentativas de financiamento habitacional voltado para as populações de baixa renda: o Programa Habitar Brasil, destinado a municípios com população maior de 50 mil habitantes e o Morar Município, ao municípios menores, mas que também não obtiveram sucesso, pois, como não havia uma regulamentação eficaz, os municípios não conseguiam os recursos necessários para

¹⁴ Em 1990 assume a presidência Fernando Affonso Collor de Mello, porém não teve propostas significativas relativas à habitação. Teve seu governo interrompido por um *impeachment* devido a uma profunda crise econômica que instaurou no país e denúncias de corrupção, assumindo em 1992 seu sucessor, Itamar Franco, o qual governou até 1994. Em 1995 assume Fernando Henrique Cardoso e governa por dois mandatos até chegar à presidência Luis Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003. Em 2009 assume a presidência Dilma Rousseff, a qual o mandato ainda está em vigência.

sua execução (DUMONT, 2014). Outras medidas propostas pelo governo Franco foram a criação de um Conselho Estadual ou Municipal de Bem-Estar Social e um Fundo Estadual ou Municipal de Bem-Estar Social¹⁵, entretanto não saíram do papel.

A partir de 1995 se dá o início de uma estabilidade monetária e econômica no país devido ao Plano Real¹⁶, instaurado em 1994 e que tem continuidade nos governos seguintes. Na área da habitação, foi criada a “Secretaria de Política Urbana vinculada ao Ministério do Planejamento, reconhecendo a relevância de um canal de participação democrática e gestão da política habitacional” (GONÇALVES, 2000, p. 256) e a proposta do Estado era de “descentralizar e remanejar a distribuição dos recursos federais na provisão de moradias, abrindo caminho para o setor privado, visando fornecer crédito para o mutuário final” (JANCZURA; NOAL, 2011, p. 165).

O que houve, porém, foi uma redução do número de imóveis construídos e financiados pelo órgão financeiro responsável (a Caixa Econômica Federal assume o controle do Sistema Financeiro de Habitação em 1989, em substituição ao BNH), agravando o problema da falta de moradia e intensificando o déficit habitacional brasileiro, que chegou a cerca de 7 milhões de famílias vivendo em condições indignas. Estes fatores, aliados ao crescimento populacional constante, provocaram o crescimento das favelas, dos “sem-tetos”, da pobreza, da marginalização e da criminalidade (JANCZURA; NOAL, 2011).

Sendo assim, pode-se perceber que no intervalo entre a extinção do BNH e a criação do Ministério das Cidades em 2003, não há estratégias governamentais efetivas para uma política nacional de habitação, conforme Bonduki (2008) apud Dumont (2014, p.32),

Na redemocratização, ao invés de uma transformação, ocorreu um esvaziamento e pode-se dizer que deixou propriamente de existir uma política nacional de habitação. Entre a extinção do BNH (1986) e a criação do Ministério das Cidades (2003), o setor do governo federal responsável pela gestão da política habitacional esteve subordinado a sete ministérios ou estruturas administrativas diferentes, caracterizando descontinuidade e ausência de estratégia para enfrentar o problema.

¹⁵ Durante o governo Collor, a política habitacional passou a estar ligada com o Ministério da Ação Social, através da Secretaria Nacional de Habitação (GONÇALVES, 2000).

¹⁶ Implantação de moeda única no país (o Real), e que tem como objetivo conter a inflação.

O esboço de uma política urbana e habitacional inicia-se ainda no governo FHC com a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001, após anos de discussão e elaboração, o qual visa nortear os planos diretores municipais para que as cidades cumpram sua função social, e efetivamente com a criação do Ministério das Cidades¹⁷, em 2003 (já no governo Lula), que passa a ser o principal órgão federal responsável pela Política de Habitação brasileira seguido da Secretaria Nacional de Habitação, que regulamenta os programas habitacionais existentes; além de que o governo passara a incentivar a construção civil e o mercado imobiliário. Em 2004 há finalmente o principal marco brasileiro para a habitação: a Política Nacional de Habitação- PNH, que será tratada em detalhes no próximo subcapítulo.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, começa a implementar mudanças nesse quadro com a criação do Ministério das Cidades, que passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação. Integram o Ministério das Cidades: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (BRASIL, 2004, p.12).

Durante os dois mandatos do presidente Lula (de 2002 a 2010), além dos 5 eixos setoriais que estruturam o Ministério das Cidades: 1- moradia, 2- mobilidade urbana, 3- saneamento, 4- planejamento territorial e 5- regulação fundiária, também foram estabelecidas importantes legislações para a política habitacional brasileira.

Dentre elas, podemos destacar a Lei Federal 11.124/2005¹⁸, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social- SNHIS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social- FNHIS¹⁹, e institui o Conselho Gestor do FNHIS; a Lei Federal 11.977/2009²⁰, que institui o Programa Minha Casa Minha Vida e a Regularização Fundiária de Assentamentos em Áreas Urbanas (a qual em 2011 é

¹⁷ Segundo Dumont (2014), o Ministério das Cidades e outros órgãos de gestão habitacional foram resultados de uma estratégia lançada a partir do Projeto Moradia, entre o final do segundo mandato FHC e início do primeiro mandato Lula, a qual procurava articular a política tanto do ponto de vista institucional quanto financeiro com o desenvolvimento urbano.

¹⁸ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 07 out. 2015.

¹⁹ Constituído apenas de recursos orçamentários (Bonduki, 2008 apud Dumont, 2014).

²⁰ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm >. Acesso em: 07 out. 2015.

alterada pela Lei Federal 12.424/2011²¹, conhecida pela segunda fase do Minha Casa, Minha Vida) e a implantação do Plano Nacional de Habitação- PlanHab, que vem como estratégia de implementação da Política Nacional de Habitação. Em 2007 é lançado ainda o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, que será apresentado no item 2.3 deste capítulo, juntamente com o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Segundo Dumont,

(...) É importante destacar o processo de gestão democrática da cidade, promovido pelo Ministério das Cidades e, pela realização das Conferências das Cidades (em 2003, 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013), à medida que, possibilitava o acesso de diferentes segmentos da sociedade urbana e habitacional do país. Desse modo, pode-se dizer que houve um avanço na participação da sociedade brasileira nos assuntos de interesse público (2014, p. 37).

Apesar de todos esses avanços apresentado em relação à política habitacional brasileira, percebemos que ainda há limitações, problemas e desafios que persistem e se repetem na história dos programas. Todavia, cabe ressaltar que os principais marcos foram conquistados através de mobilizações populares, como é o exemplo do Estatuto da Cidade e da Política Nacional de Habitação, documentos extremamente necessários e que após anos de elaboração foram finalmente promulgados.

2.2 O ESTATUTO DA CIDADE E A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

²¹ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm >. Acesso em: 07 out. 2015.

2.2.1 O Estatuto da Cidade

O Estatuto da Cidade, implantado pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, disponibiliza diretrizes que os municípios devem seguir ao construir suas políticas habitacionais e urbanas de forma que as cidades possam atender a todos os seus habitantes de forma digna e igualitária, visando à efetivação das funções sociais da cidade.

O artigo 182 dispõe que cada município é o responsável por fazer cumprir as funções sociais da cidade através de seus planos diretores, obrigatórios para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais (BRASIL, 1988).

Já o artigo 183 trata da usucapião, aquisição de propriedade que esteja sendo utilizada para fins de moradia por ocupante há cinco anos ou mais, com exceção de propriedade pública.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (BRASIL, 1988).

O documento do Estatuto da Cidade é composto por 5 capítulos, divididos em 57 artigos:

1- Diretrizes gerais; 2- Dos instrumentos da política urbana, este subdividido em 12 seções que tratam desde o Imposto Predial e Territorial Urbano cobrado pelos municípios até a ação de usucapião ou preempção²²; 3- Do plano diretor; 4- Da gestão democrática da cidade e 5- Disposições gerais.

O capítulo 1 é um dos principais que merecem destaque, pois é onde são fixadas as diretrizes que os municípios devem seguir ao elaborar seus planos diretores para a plena eficácia das suas políticas de desenvolvimento urbano, visando à construção de sociedades mais justas e igualitárias em relação ao acesso a bens e serviços sociais, bem como a urbanização e infraestrutura básica.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais (...) (BRASIL, 2010, p. 92).

No artigo 3º são explicitadas as competências e atribuições da União em relação à política urbana.

No capítulo 2, o artigo 4º apresenta os instrumentos que os municípios devem usufruir para que construam suas políticas urbanas de forma a garantir o

²² “Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares” (BRASIL, 2010, p. 104).

cumprimento das funções sociais propriedade e o direito ao acesso à cidade, dentre eles:

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

III – planejamento municipal- incluindo aqui o plano diretor.

IV – institutos tributários e financeiros;

V – institutos jurídicos e políticos- incluindo aqui formas de intervenção social sobre as propriedades e a regularização fundiária das ocupações de interesse social;

VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Especificamente no âmbito municipal, detalha que o planejamento municipal deve envolver o planejamento urbano, ambiental, orçamentário, setorial e o planejamento do desenvolvimento econômico e social, especificando também que a gestão orçamentária deve ser feita de forma participativa, aberta a todos os cidadãos (BRASIL, 2010, p.95).

Destacando ainda que a política urbana deve ser planejada continuamente, pois assim como as cidades modificam-se diariamente, a política urbana deve acompanhar essas mudanças e ter um planejamento extensivo.

O capítulo 3 é outro que merece destaque, pois é onde trata do plano diretor²³, instrumento fundamental obrigatório para o planejamento de todas as ações das cidades com mais de 20 mil habitantes, e que deve ser elaborado por cada município, aprovado pelas respectivas Câmaras Municipais e revisto a cada dez anos.

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades

²³ A concepção de Plano Diretor expressa no Estatuto da Cidade pressupõe o enfrentamento dos problemas urbanos, principalmente o enorme passivo de desigualdade social das cidades brasileiras, além de requerer um processo dinâmico e permanente de planejamento no município. Para isso, ele não deve ser concebido somente como uma peça técnica de planejamento urbano, mas como um processo político de tomada de decisões sobre a gestão do território municipal, que envolva toda a sociedade (BRASIL, 2010, p 113).

econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei (BRASIL 2010, p. 112).

O capítulo 4 trata finalmente da gestão democrática da cidade, e em seu artigo 43 dispõe que para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal e IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

É importante salientar aqui o papel fundamental da promoção da participação da sociedade na gestão das cidades, para que todos possam se sentir pertencentes ao local onde vivem, seja através de opiniões, votações ou deliberações em audiências públicas, conselhos ou conferências municipais, desde o planejamento urbano até a aplicação dos recursos públicos que afetam diretamente a população envolvida.

Para fins de conclusão, as disposições gerais, que compõem o capítulo 5 tratam do consórcio imobiliário, onde:

[...] o Município faculta ao proprietário transferir seu imóvel ao Poder Público municipal, para que este realize a urbanização ou edificação. Em contrapartida, após a realização das obras, o antigo proprietário recebe unidades imobiliárias com valor correspondente ao valor do imóvel quando transferido para o Município (BRASIL, 2010, p. 115).

Cita-se ainda a questão das escrituras públicas²⁴ para imóveis adquiridos por meio de programas e projetos habitacionais de interesse social e até casos de improbidade administrativa²⁵.

Desta forma, também como estratégia para a efetivação da política habitacional brasileira juntamente com o Estatuto da Cidade, foi criada a Política Nacional de Habitação- PNH, a qual é apresentada e analisada a seguir.

²⁴ A concessão de direito real de uso de imóveis públicos terá a mesma validade das escrituras públicas no caso destes programas.

²⁵ Quando o poder público realiza ações em desacordo com a lei.

2.2.2 A Política Nacional de Habitação

A atual Política Nacional de Habitação foi aprovada por ocasião da reunião do Conselho Nacional das Cidades em Brasília, em dezembro de 2004. Podemos dizer que ela é uma tentativa de retomar o processo de planejamento do setor habitacional e para tanto se utiliza de princípios, diretrizes e objetivos que têm como meta principal “promover as condições de acesso à moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população e, em especial, para a população de baixa renda” (BRASIL, 2004, p. 13).

Nessa perspectiva, a Política Nacional da Habitação tem como componentes principais: Integração Urbana de Assentamentos Precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano, que definem as linhas mestras de sua atuação (BRASIL, 2004, p. 29).

A Política Nacional de Habitação- PNH institui o Plano Nacional de Habitação a ser desenvolvido pela Secretaria Nacional de Habitação em conjunto com o Ministério das Cidades, estabelecendo metas e estratégias de ação para serem executadas em cada estado e município. Segundo o documento onde está redigida a PNH,

Coerente com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, com o Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade e com as diretrizes do atual governo, que preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática, a Política Nacional de Habitação visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social (BRASIL, 2004, p.29).

E tem como princípios, citando brevemente:

1- O direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988; 2- moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais; 3- função social da

propriedade urbana²⁶; 4- questão habitacional como uma política de Estado; 5- gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade e 6- articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais.

Descreve ainda, a concepção de desenvolvimento urbano integrado:

A Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade (BRASIL, 2004, p. 12).

O texto do documento inicia com uma breve “Apresentação”, que discorre sobre as competências do Ministério das Cidades, seguida de um “Pacto para Pagamento da Dívida Social”, onde informa em números a carência habitacional²⁷ que o país atravessa no período; um “Breve relato da trajetória da Política Habitacional”, onde trata dos momentos históricos que marcam a questão da habitação no país e no mundo, e uma “Síntese do diagnóstico sobre a questão habitacional”, até chegar à descrição da proposta da Política em si, do Sistema Nacional de Habitação e explicitar as “Estratégias de implantação da Política e do Sistema Nacional de Habitação”.

Num primeiro momento, percebemos que apesar de alguns “problemas” descritos no planejamento urbano ainda persistirem, não podemos deixar de lado o fato de a Política estar desatualizada. Já se passaram 11 (onze) anos desde a sua publicação, havendo mudanças tanto no déficit habitacional, como no mercado imobiliário, no perfil da população-alvo e uma significativa melhora na economia do país.

²⁶ A função social da propriedade compreende que deva ter seu uso voltado aos interesses da população, visando garantir o bem-estar e qualidade de vida dos moradores. De acordo com Russo (2012, p. 27), “a função social da propriedade urbana está inserida em um contexto maior, qual seja, a cidade, entendida esta como o espaço territorial organizado no intuito de estabelecer convivência, segurança e provisão para seus habitantes”.

²⁷ Segundo a PNH baseada em informações do IBGE 2000, “são mais de sete milhões de famílias que precisam de moradias novas, além de dez milhões de domicílios com problemas de infraestrutura básica”, sendo que a população de baixa renda respondia por 92% do déficit habitacional brasileiro (BRASIL, 2004, p. 7). Segundo estudo baseado na PNAD 2007 e elaborado pela Fundação João Pinheiro, em 2012 o déficit habitacional estimado correspondia a 5,430 milhões de domicílios, dos quais 4,664 milhões, ou 85,9%, estão localizados nas áreas urbanas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012).

Pode-se analisar que a Política Nacional de Habitação “visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social” (BRASIL, 2004, p. 29). Porém, o que podemos perceber é que esta inclusão social continua sendo insuficiente, devido à impossibilidade dos programas habitacionais disponíveis, norteados por esta Política, de absorver toda a demanda por habitação da população a que se destina, já que atualmente a oferta é menor do que a procura²⁸.

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal. Daí a proposta de reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. Programas focalizados e seletivos substituem as políticas sociais de acesso universal. Eles requerem cadastro e comprovação da pobreza, como se ela fosse residual, com todos os constrangimentos burocráticos e morais às vítimas de tais procedimentos (IAMAMOTO, 2004, p. 15).

Neste sentido, há de se pensar ainda que para praticamente todos os programas habitacionais existem critérios de seleção a ser preenchidos, não sendo concedida a moradia “apenas” por ser um direito fundamental, o usuário há de ser primeiramente excluído de alguma coisa para ser incluído na garantia do direito.

Um dos princípios descritos na PNH declara a moradia digna como direito e “vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais” (BRASIL, 2004, p. 30). Entretanto, a realidade encontrada não condiz com tal descrição, visto que os loteamentos habitacionais são construídos em locais que não possuem no seu entorno essas condições de habitabilidade, pois além de estarem em áreas afastadas do centro da cidade, devido à especulação imobiliária (ao alto preço do m² nas regiões mais centrais) e como os contratos com

²⁸ De acordo com a assistente social da SHRF de Santa Maria/RS, atualmente (agosto de 2015) há cerca de 6mil inscritos aguardando a próxima seleção para o Programa MCMV do município. Já foram entregues 1.078 unidades habitacionais pelo Programa e até o presente momento não há previsão de novo sorteio. Conforme o site da Prefeitura; no último sorteio, realizado em Junho de 2015, concorreram, para 362 unidades habitacionais no Residencial Leonel Brizola, 5.026 inscritos que possuíam pelo menos um critério de seleção. Para mais informações consultar <<https://www.santamaria.rs.gov.br/habitacao/noticias/10564-habitacao-prefeitura-divulga-lista-de-candidatos-aptos-ao-sorteio-do-residencial-leonel-brizola>>. Acesso em: 10 out. 2015.

as construtoras são de grande número de residências, não há lotes suficientes em áreas centrais nos padrões de tamanho pré-definidos pelo Governo Federal.

Além disso, ainda faltam creches, serviços de saúde, escolas, Centros de Referência em Assistência Social²⁹- ou seja, equipamentos e serviços sociais- e dessa forma a inclusão social muitas vezes acaba tornando-se exclusão social, já que estão descobertos e desassistidos por diversos setores e serviços que foram instalados em pontos estratégicos da cidade, planejando a cobertura apenas da população que já residia nesses locais³⁰.

Outra questão fundamental, diz respeito ao desenvolvimento institucional, descrito nas diretrizes da PNH como:

Promoção e apoio às ações de desenvolvimento institucional visando à criação e ao aprimoramento de mecanismos e práticas de planejamento e gestão, da modernização organizacional, da capacitação técnica de agentes públicos e privados e da atualização do quadro legal-normativo (BRASIL, 2004, p. 31).

No entanto, percebe-se ainda uma falta de preparo da gestão habitacional na efetivação da PNH, seja por falta de instrumentais e uma estrutura adequada que possa viabilizar o melhor andamento, controle, eficácia e efetividade frente às demandas habitacionais, ou então por um corpo técnico despreparado ou desqualificado para lidar com tais questões. Outro fator que deve ser pontuado, é que infelizmente ainda pode ser constatada a questão da politicagem partidária diante dos “benefícios habitacionais” (lembrando que esta consideração não pode ser generalizada).

Por esta razão, faz-se necessário uma gestão séria, técnica, comprometida, atualizada e que trabalhe em benefício da população que tem por direito constituído o acesso à moradia. Uma gestão que possa mostrar à população que existe uma política habitacional pensada e elaborada em benefício daqueles que dela

²⁹ O CRAS é a porta de entrada dos usuários em vulnerabilidade social na rede socioassistencial, pois é o primeiro local que as famílias devem procurar para solução de suas demandas, onde assistentes sociais estariam presentes para acolhê-las e realizar possíveis encaminhamentos. Conforme Simões (2011, p. 334), o CRAS tem como finalidade assegurar as condições mínimas para que esses sujeitos sociais desenvolvam capacidades, superando a situação de vulnerabilidade social, a médio e longo prazo.

³⁰ Como é o caso da Estratégia de Saúde da Família na Vila Maringá (Santa Maria/RS), a aproximadamente duas quadras do Residencial Dom Ivo Lorscheiter, mas que não pode atender o Residencial por já ter sua área de cobertura completa com os loteamentos do entorno.

necessitam e estão expostos às mais diversas vulnerabilidades sociais, na tentativa de fazer a inclusão e dar melhores condições de vida a partir da garantia do direito básico da moradia.

2.3 O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”

2.3.1 O Programa de Aceleração do Crescimento

O Programa de Aceleração do Crescimento- PAC³¹ foi criado em 2007, a partir do segundo mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010), com o intuito de acelerar o desenvolvimento do país, retomar o planejamento urbano e a política habitacional no Brasil, que havia estagnado nos governos anteriores desde a extinção do BNH. O PAC 1 teve como sua principal estratégia de ação a desoneração de tributos para atrair investimentos de empresas privadas e atuar em parceria com investimentos públicos, além da inclusão de milhões de trabalhadores no mercado formal de trabalho através da construção civil.

No período de 2007-2010, a previsão de investimento era de R\$ 503 bilhões nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. No final do ano de 2008, foi anunciado o aumento do montante de recursos destinado ao PAC que passou a ser de R\$ 656,5 bilhões (RODRIGUES; SALVADOR, 2011, p. 130).

Segundo Dumont (2014), a atuação do PAC foi estruturada a partir de 5 blocos:

1. Investimentos em Infraestrutura;
2. Estímulo ao crédito e financiamento;
3. Melhora do Ambiente de Investimento;
4. Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário;
5. Medidas fiscais de longo prazo³².

³¹ Mais informações no site governamental < <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> >. Acesso em: 29 out. 2015.

³² Como o controle das despesas com a folha de pagamento e a modernização do processo de licitação, garantindo o equilíbrio dos gastos públicos, segundo site oficial do PAC. Ver mais em < <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/medidas> >. Acesso em: 23 out. 2015.

Sendo que tais investimentos englobam os setores de Logística, Energia Elétrica e Infraestrutura Social e Urbana e seguem até o atual governo (2010-2018), da Presidente Dilma Rousseff.

Em março/2010, o presidente Lula lançou a segunda edição do programa, o "PAC 2", que tem investimento previsto de R\$ 1,59 trilhão, sendo R\$ 955 bilhões para o período de 2011-2014 e R\$ 631,4 bilhões para o período pós 2014. O PAC 2 está dividido em seis novos eixos, que abrangem projetos de infraestrutura em todo Brasil: PAC Cidade Melhor; PAC Comunidade Cidadã; PAC Minha Casa, Minha Vida; PAC Água e Luz para Todos; PAC Transportes e PAC Energia (BRASIL, 2010). No novo PAC, além da continuidade das ações iniciadas no PAC 1, estão previstas construções de Unidades Básicas de Saúde, creches, pré-escolas e postos de polícia comunitária (RODRIGUES; SALVADOR, 2011, p. 135-136).

Uma das principais medidas do PAC para estímulo ao crédito e ao financiamento é a concessão de crédito pela União à Caixa Econômica Federal para aplicação em saneamento básico e habitação popular, tendo como resultado o aumento do financiamento da Caixa a entes públicos (estados e municípios), possibilitando assim a execução das obras para atender a população.

Em virtude desta medida, em Santa Maria/RS, o Programa de Aceleração do Crescimento tem por objetivo, desde a sua criação em 2007, além da realização de obras de infraestrutura e saneamento básico³³; proporcionar moradias às pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social³⁴ (de acordo com a NOB/SUAS 2010, a análise das vulnerabilidades deve considerar, de um lado, a estrutura de oportunidades da sociedade e o grau de exposição dos sujeitos individuais ou coletivos aos riscos sociais em sentido amplo, e de outro, os ativos materiais, educacionais, simbólicos e relacionais, dentre outros, que afetam a capacidade de resposta dos grupos, famílias, indivíduos às situações adversas) com filhos menores de 18 (dezoito) anos e/ou deficientes físicos e/ou que residam em áreas de risco e que estejam na faixa de renda familiar de até 3 salários mínimos.

³³ Como pavimentação de ruas, meio-fio, drenagem pluvial, esgoto, rede elétrica, esgoto e instalações sanitárias.

³⁴ O conceito de vulnerabilidade social requer olhares para múltiplos planos, e, em especial, para estruturas sociais vulnerabilizantes. De tal modo, quando se fala em vulnerabilidade social, é relevante que se compreenda que essa é o estado no qual grupos ou indivíduos se encontram, destituídos de capacidade para ter acesso aos equipamentos e oportunidades sociais, econômicas e culturais oferecidos pelo Estado, mercado e sociedade (PADOIN; VIRGOLIN, 2010, p.1).

Segundo o site oficial do Programa³⁵, os investimentos executados do PAC, até 30 de junho de 2015, são de R\$ 114,3 bilhões, representando 11% dos R\$ 1,05 trilhão estimados para serem investidos no período de 2015-2018 e com mais de 40 mil empreendimentos em andamento. Especificamente em Santa Maria já foram entregues 4 loteamentos através do PAC³⁶: Loteamento Cipriano da Rocha, com 543 unidades habitacionais, 9 unidades na Vila Ecologia para famílias que residiam em uma rota de obra para a construção do Hospital Regional do município no Parque Pinheiro Machado³⁷, 386 unidades no Loteamento Brenner e 64 no Loteamento Lorenzi.

Entretanto, apesar de beneficiar muitas famílias que sequer possuíam uma moradia ou se possuíam não estavam em condições dignas de habitação, as moradias ofertadas são alvo de reclamações, pois o padrão das habitações³⁸ é inferior ao que posteriormente seria oferecido pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”- MCMV, fazendo com que, a partir do ano de 2015 o PAC execute apenas as obras de infraestrutura e saneamento previstas, passando o financiamento de unidades habitacionais a ser somente através do MCMV, pois, devido ao baixo valor pago a cada unidade habitacional construída pelo PAC (cerca de R\$ 30.000,00), não há empresas interessadas em participar das licitações.

Há ainda autores que questionam a origem do exorbitante montante financeiro destinado ao programa, como os autores Rodrigues e Salvador, que levantam a questão das implicações dos recursos do PAC nas políticas sociais, pois, segundo os autores,

O PAC se apropria indiretamente de parcelas dos recursos do Estado que seriam destinadas às políticas sociais e contribui para a manutenção da política econômica ortodoxa vigente de priorização do pagamento dos serviços da dívida (juros e amortização). As medidas institucionais previstas no PAC, como a reforma tributária e a instituição do fundo de pensão dos servidores públicos, fragilizam os direitos sociais e, além disso, as desonerações concedidas retiram recursos das políticas de Seguridade Social e da educação (RODRIGUES; SALVADOR, 2011, p.129).

³⁵ Ver mais em <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco>>. Acesso em: 23 out. 2015.

³⁶ Segundo informações do site oficial da Prefeitura de Santa Maria/RS. Ver mais em <<https://www.santamaria.rs.gov.br/habitacao/327-pac>>. Acesso em: 23 out. 2015.

³⁷ Região oeste da cidade, as famílias residiam dentro do perímetro de uma rua de acesso ao futuro Hospital Regional- em construção, e já haviam sido notificadas há anos que deveriam ser realocadas. A Vila Ecologia é cerca de 20 minutos de caminhada do local onde residiam.

³⁸ Devido ao baixo valor de investimento, nas moradias do PAC não há forração cobrindo o telhado, nem reboco ou pintura nas paredes e há apenas uma porta de entrada/saída.

Apesar destas questões, o PAC em seus objetivos é um programa otimista em relação ao desenvolvimento do país e já melhorou a qualidade de vida de milhares de famílias em todo o país, seja fornecendo energia elétrica ou saneamento básico onde nunca existiu, seja pavimentando ruas, asfaltando e construindo estradas ou mesmo fornecendo habitações, o que é um bom investimento nos direitos sociais.

Certamente devemos considerar que ainda há o que melhorar nos seus planejamentos e resultados, pois em todo o país há obras que iniciaram com o PAC 1 e permanecem inacabadas, o que acaba sendo um considerável montante de capital estagnado, que poderia estar sendo aplicado em educação, por exemplo, mas não se pode deixar de reconhecer a importância deste programa.

Visto que a construção de habitação de interesse social é a ação que mais fomenta a economia em curto prazo, pois há contratação de centenas de funcionários para cada empreendimento construído, além da grande mobilização das empresas da construção civil, gerando resultados quase que imediatos à qualidade de vida da população; o governo brasileiro decidiu então apostar no Programa Minha Casa, Minha Vida.

2.3.2 O Programa Minha Casa, Minha Vida

O “Minha Casa, Minha Vida” é um programa habitacional do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal em parceria com estados e municípios. Na cidade de Santa Maria, o planejamento, execução e gestão se dão pela Administração Municipal (no caso, a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária).

O programa “Minha Casa, Minha Vida” foi implantado pelo Governo Federal no ano de 2009 tendo como objetivo amenizar (ou até mesmo erradicar) o déficit habitacional de cada município credenciado no país. Através do Programa, é possível financiar a compra de imóvel novo em área urbana ou ainda a construção e reforma de moradias em área urbana e rural para famílias com baixa renda através de subsídios do governo federal, diversificando as taxas de juros de acordo com a renda familiar bruta.

Com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD de 2007 do IBGE que apontou um déficit habitacional de 7,2 milhões de moradias, o Programa pretende reduzir este déficit em 14% construindo em todo o país 1 milhão de moradias.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se propõe a subsidiar a aquisição da casa própria para famílias com renda até R\$ 1.600,00 e facilitar as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até R\$ 5 mil (BRASIL, 2014). Para tanto, está dividido em faixas de renda e, conforme a Tabela 2, as famílias que se enquadrem nas menores faixas recebem maior incentivo.

TABELA 1 – Número de unidades habitacionais propostas para a redução do déficit habitacional por faixas de renda no Brasil – 2009

Faixa de renda familiar	Número de Unidades	% Participação
De 0 a 3 sm	400 mil	40%
De 3 a 4 sm	200 mil	20%
De 4 a 5 sm	100 mil	10%
De 5 a 6 sm	100 mil	10%
De 6 a 10 sm	200 mil	20%
Total	1.000.000	100%

Cartilha Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades, 2009

Segundo site oficial do Programa³⁹, já foram entregues até 31 de agosto de 2015 mais de 2 milhões de moradias, sendo mais de 794 mil na faixa de renda até R\$ 1,6 mil; mais de 1,3 milhão na faixa de renda de R\$ 1,6 mil até R\$ 3,2 mil e mais de 193 mil na faixa de renda de R\$ 3,2 mil até R\$ 5 mil.

Para as famílias que possuam renda familiar bruta até R\$ 1.600,00⁴⁰, o financiamento é em 120 meses com prestações mensais no valor de 5% da renda familiar bruta declarada, sendo a parcela mínima de R\$ 25,00 e a participação se dá através de inscrição nas Prefeituras credenciadas. A partir das outras faixas de renda, a negociação se dá principalmente através de imobiliárias habilitadas pela Caixa Econômica Federal ou nas próprias agências bancárias da Caixa, englobando 3 modalidades: 1- compra de imóvel novo com possibilidade de até 30 anos de

³⁹ Dados retirados do site governamental <<http://maiscasamaisvida.com.br/noticia/258-O-Minha-Casa-Minha-Vida-transformou-a-vida-de-9-milhoes-de-brasileiros>>. Acesso em: 23 out. 2015.

⁴⁰ Segundo informações do site oficial da Caixa Econômica Federal <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 23 out.15.

financiamento, 2- construção, com considerável diminuição das taxas de juros e 3- compra de imóvel na planta.

Já na faixa de renda (até R\$ 1,6 mil), financiada com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial- FAR⁴¹, que é o foco deste trabalho, são adquiridas apenas moradias novas construídas em um Residencial ou condomínio específico, não podendo ser compradas isoladamente em áreas diversas da cidade. As unidades habitacionais podem ser casas térreas ou apartamentos; ambos possuem 2 quartos, sala e cozinha integradas, banheiro e área de serviço; divergindo apenas na medida da área útil, que em casas a área mínima de transição é de 32 m² e de acessibilidade 36 m² e em apartamentos a área mínima de transição é de 37 m² e de acessibilidade 39 m².⁴²Em Santa Maria há apenas um residencial em forma de condomínio de apartamentos- o Residencial Videiras.

Esta faixa de renda é regulamentada nacionalmente pela Portaria nº 595, de 18 de Dezembro de 2013⁴³ do Ministério das Cidades, que “dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV” e especificamente em Santa Maria, pelos Decretos Municipais Executivos nº 048 de 21 de Maio de 2013, que estabelece critérios municipais adicionais de seleção dos beneficiários do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências; e nº 113, de 17 de setembro de 2013 que revoga o artigo 4º do Decreto Municipal Executivo nº 048/13, de 21 de maio de 2013.

Os critérios nacionais definidos pela Portaria 595/13 são:

- Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- Famílias de que façam parte pessoas com deficiência;

Os critérios municipais complementares definidos pelo Decreto 048/13 são:

⁴¹ Quanto às outras linhas de crédito que utilizam o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, o financiamento se dá direto às pessoas físicas e pode ser formalizado mediante parceria com uma entidade organizadora. Mas não serão aprofundadas para não haver mudança de foco no trabalho.

⁴² Segundo informações da fonte: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 23 out.15.

⁴³ O período para referência é de janeiro de 2014 a julho de 2015, sendo que esta é a segunda Portaria que regulamenta o programa, tendo revogado a Nº 610 de 26 de dezembro de 2011, e em agosto de 2015 foi publicada nova portaria pelo Ministério das Cidades que regulamenta o Programa e revoga a de nº 595/13, porém não será tratada, pois ainda não foi aplicada em nenhum Residencial no município.

- Famílias constituídas por filhos menores de 18 (dezoito) anos;
- Famílias constituídas por 03 (três) ou mais filhos menores de 18 (dezoito) anos;
- Titular deve ser responsável familiar beneficiário no programa Bolsa Família⁴⁴.

De acordo com a Portaria 595/13, quando o número de inscritos é maior do que a oferta de unidades habitacionais, então deve ser realizado sorteio. Para a realização do sorteio são definidos dois grupos de seleção:

- Grupo 1 - Todos os inscritos que se enquadrarem em 05 ou 06 critérios, no limite de até 75% das unidades habitacionais destinadas a esse grupo.
- Grupo 2 – Todos os inscritos que se enquadrarem em até 04 critérios, onde são destinadas 25% das unidades habitacionais, ou percentagem restante do grupo 1.

Caso o número de inscritos pertencentes ao Grupo 1 não alcance o percentual estabelecido, o poder público poderá realizar sorteio com aqueles que atendam 03 a 04 critérios, até completar o percentual de 75% e só então realizar o sorteio do Grupo 2.

Segundo o Decreto Municipal Nº 048/2013, para o critério nacional “famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar”, considera-se a mulher como provedora na manutenção econômica do lar; para as pessoas com deficiência, deverá ser apresentado atestado médico que comprove a deficiência alegada e contenha a espécie, grau ou nível, bem como a Classificação Internacional de Doenças (CID).

Tratando-se das famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas deverá ser apresentada, no ato da inscrição, Certidão de Ocorrência⁴⁵ comprovando a situação relatada e no caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família, deverão apresentar relatório atualizado de pagamento- o

⁴⁴ Criado pelo Governo Federal é um programa de transferência de renda para famílias inscritas no Cadastro Único e que se encaixem nos critérios definidos, como a renda máxima per capita máxima de ¼ de salário mínimo.

⁴⁵ Fornecida apenas pela Defesa Civil do município, a Certidão de Ocorrência é disponibilizada mediante visita do poder público no local indicado pelo requerente e em seu teor devem constar detalhadamente as condições atuais de moradia e parecer indicando se a área é ou não considerada de risco.

chamado SIBEC-, fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município.

Além de que, os inscritos que forem idosos⁴⁶ concorrem também em grupo específico à parte, respeitando o Estatuto do Idoso que define que sejam disponibilizadas 3% das unidades habitacionais para os idosos. Os grupos familiares que possuam pessoas com deficiência no núcleo familiar também possuem reserva de 3% das unidades habitacionais construídas, e concorrem em grupo específico, o que na prática torna-se 04 grupos de seleção. Para o Residencial Dom Ivo Lorscheiter em específico, foram determinadas 20 unidades habitacionais para idosos titulares na inscrição.

Esta reserva de unidades habitacionais vem ao encontro do envelhecimento da população idosa no Brasil, que tem se dado de forma bem acelerada. O último Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, revelou um aumento da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010⁴⁷.

Segundo Lobato (2013, p. 215),

[...] O processo de envelhecimento não se resume apenas aos aspectos demográficos, é condicionado pela classe social, gênero, etnia, raça e implica a garantia de melhores condições de vida que justifiquem a ampliação dos anos de vida. Daí que envelhecer com dignidade não é uma responsabilidade individual, mas coletiva. Implica não só na criação de políticas públicas como também a garantia de acesso aos idosos a essas políticas.

Ainda dentre as projeções populacionais divulgadas pelo IBGE, em 2027, por exemplo, o Rio Grande do Sul já teria um número maior de idosos do que crianças⁴⁸, demonstrando mais uma vez a importância de termos políticas públicas de qualidade voltadas a estes segmentos da sociedade.

⁴⁶ Para o “Programa Minha Casa, Minha Vida”, idoso é considerado aquele que possui idade igual ou superior a 60 anos, em conformidade com o que define o Artigo 1º do Estatuto do Idoso.

⁴⁷ Dados retirados da página do IBGE. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/calendario-7a12/event/44-dia-nacional-do-idoso>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

⁴⁸ Dados retirados da página do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: 08 abr. 2015.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL

3.1 A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA HABITAÇÃO

Para compreendermos a atuação do Serviço Social na política habitacional é necessário apreendermos a origem da profissão, seu desenvolvimento e o contexto ao qual emerge a questão social e suas expressões.

É na década de 1930, paralelamente ao período da ascensão do capitalismo industrial⁴⁹, da Revolução Industrial do ocidente e do crescimento desordenado dos centros urbanos que surge o Serviço Social com o objetivo de trabalhar diretamente nas desigualdades sociais impostas pelo sistema capitalista aos trabalhadores.

Conforme já apresentado, neste período houve um agravamento das demandas sociais dos trabalhadores, já que eram obrigados a residir em moradias inadequadas por conta de seu baixo poder aquisitivo e a trabalhar em condições insalubres impostas pelos donos das fábricas, detentores do poder, ou, mais precisamente a classe burguesa. Ao mesmo tempo, por conta dos aglomerados urbanos formados e da falta de infraestrutura e saneamento básico que atendessem a essa população, ascendiam problemas de saúde, principalmente doenças respiratórias (devido à intensa fumaça das chaminés das fábricas) e doenças transmitidas por ratos e outros animais.

Descontentes com a situação, os trabalhadores começaram a questionar o sistema capitalista e a forma em que eram obrigados a viver e trabalhar, organizando-se para reivindicar principalmente por melhores condições de trabalho, o que começou a preocupar a classe burguesa, pois ameaçava a ordem social que estavam tentando produzir.

⁴⁹ Segundo Martinelli (2010, p. 38), a fase do capitalismo mercantil havia sido superada e uma nova fase - a do capitalismo industrial - estava sendo inaugurada pela Revolução Industrial, tendo "início com o aparecimento das máquinas movidas por energia não-humana e não-animal, demandava uma rápida recomposição do cenário social, pois sua continuidade histórica dependia da consolidação do modo capitalista de produção, fundado essencialmente na compra e venda da força de trabalho". Desta forma, foi necessária a transição da mão-de-obra para um sistema assalariado e livre, que tinha, porém, suas condições de trabalho impostas pelos detentores do capital.

Neste sentido, além do movimento dos trabalhadores, preocupava a burguesia, pelo que trazia de risco à ordem social por ela produzida, a crescente onda de problemas sociais que acompanhara a expansão do capitalismo. A classe trabalhadora crescera visivelmente, introduzindo uma nova geografia nos centros urbanos: a da pobreza, que se fazia acompanhar da geografia da fome e da generalização da miséria (MARTINELLI, 2010, p. 60).

Desta forma, a burguesia optou pela implantação de novas práticas sociais⁵⁰, racionalizando e normatizando a assistência, a fins de “constituir mecanismos que dessem uma aura de legitimidade à ordem social burguesa, tornando-a inquestionável e, em consequência, aceitável pelo proletariado” (MARTINELLI, 2010, p.63).

A ausência de investimentos em infra-estrutura urbana, o flagrante desprezo pelas condições de vida do trabalhador, em especial no que se refere às áreas da saúde e habitação, produziam uma apreciável deterioração da qualidade de vida operária, que se fazia acompanhar de uma significativa elevação dos níveis de morbidade e de mortalidade da população adulta e infantil (MARTINELLI, 2010, p. 70).

Assim, burguesia, Igreja e Estado uniram-se para criar estratégias de controle social através das práticas assistenciais, “capazes de conter o vigor das manifestações operárias e a acelerada disseminação da pobreza e do conjunto de problemas a ela associados” (MARTINELLI, 2010, p.61).

Durante muito tempo as práticas sociais foram realizadas pelas chamadas “damas de caridade”, mulheres religiosas que se dispunham a “ajudar os pobres e carentes”, pois as ações assistenciais-que na época eram pura e simplesmente caridade com objetivo de controlar a pobreza e reafirmar a subordinação, partiam dos movimentos religiosos, com fortes tendências conservadoras de doutrinarismo e preservação da “moral e dos bons costumes”. Era, ainda, considerada como uma “prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir” (MARTINELLI, 2010, p. 66). Neste período a questão social era considerada um problema social, uma doença que só poderia ser tratada e curada com a reforma do caráter dos indivíduos e sua “boa-vontade”, sendo mais

⁵⁰ De acordo com Martinelli, as práticas sociais até então realizadas consistiam em o homem livre não poder recusar qualquer trabalho a que lhe era oferecido, independente das condições de trabalho e salário impostas, ou tornava-se um dependente do Estado, aceitando perder sua cidadania econômica e liberdade civil, sendo recolhido a “Casas de Correção, onde os trabalhos forçados e a restrição alimentar eram as penas mais brandas” (2010, p.57).

tarde considerada como “caso de polícia” e tratada com forte violência e opressão por parte do governo.

As principais estratégias de intervenção- ou pode-se dizer “controle social”- utilizadas pelos agentes sociais para o “controle dos problemas sociais” eram a visita domiciliar e o inquérito⁵¹. Segundo Martinelli,

A visita domiciliar e o inquérito com muita frequência eram utilizados, então, como instrumento de intimidação do trabalhador ou de fiscalização de sua vida pessoal e familiar. A desconfiança contra os trabalhadores era grande, até mesmo seus problemas de saúde eram encarados como estratégias para fugir das árduas jornadas de trabalho. Suas faltas eram rigidamente controladas e acionados austeros mecanismos punitivos para coibi-las (2010, p.105).

Com o rápido crescimento do número de agentes sociais atuando no enfrentamento da questão social, viu-se então a necessidade de qualificação destes novos profissionais e começaram a criação das primeiras escolas de Serviço Social no mundo, sendo a primeira escola europeia em Amsterdã, Holanda, ainda no final do século XIX (MARTINELLI, 2010).

Visualizando o inquérito como um instrumento de fundamental importância para o diagnóstico social e, posteriormente, do tratamento, acreditava Richmond que só através do ensino especializado poder-se-ia obter a necessária qualificação para realizá-lo (MARTINELLI, 2010, p. 106).

Desta forma, sob forte impulso e apoio de Mary Richmond, membro importante da Sociedade de Organização da Caridade de Baltimore, foram implantados cursos e escolas da chamada “Filantropia Aplicada”, destinados a formar “agentes sociais voluntários” primeiramente na Europa e Estados Unidos, mas logo se espalharam pelo mundo, chegando ao Brasil por volta de 1930, como um grande passo para a profissionalização e institucionalização do Serviço Social (MARTINELLI, 2010).

No Brasil, a primeira escola de Serviço Social foi fundada em 1936 por iniciativa do Centro de Estudos e Ação Social e é a atual Faculdade de Serviço Social da PUC-SP (SIMÕES, 2012). A partir de 1965, após o período da ditadura militar brasileira há o chamado movimento de Reconceituação do Serviço Social,

⁵¹ Trazido do Direito para o Serviço Social, o inquérito era utilizado muitas vezes, com fins repressivos e coercitivos.

onde a profissão percebe que desde a sua gênese estava sendo subordinada aos interesses das classes dominantes e passa a mostrar insatisfação sobre as práticas profissionais conservadoras até então desenvolvidas, sentindo necessidade da implantação de um projeto profissional, aliando teorias e metodologias adequadas à realidade brasileira (BARBOSA, 2011), findando assim com os moldes do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade- práticas importadas de outros países e que até então eram utilizadas e voltadas para a perspectiva terapêutica, onde se devia adequar os indivíduos ao meio em que viviam.

O Serviço Social está inscrito na divisão social do trabalho como uma profissão especializada na sociedade, ressaltando-se ainda que o assistente social, enquanto proprietário da sua força de trabalho especializada; é também um trabalhador assalariado, pois vende esta capacidade de trabalho especializada aos empregadores em troca de um salário em dinheiro.

Ora o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é, têm um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social (IAMAMOTO, 2011a, p.21).

Ao tratar de trabalho e indivíduo social, lamamoto (2011b) cita e relaciona Aristóteles e Marx, ao afirmar que o homem é um “animal social” e um “ser social político”, e que a sociedade constitui-se não em indivíduos, mas em relações sociais formadas por estes e que, sendo o trabalho a “atividade vital, racional e orientada para um fim” específico do homem, é condição da vida humana, independente de todas as formas de sociedade.

De acordo com Marx e Engels (1977) apud lamamoto, pode-se afirmar que

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material (2011a, p.26).

Sobre o mercado de trabalho, o processo de trabalho do assistente social e a vinculação com a questão social, lamamoto diz

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho-, as múltiplas expressões da *questão social*, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha-, dependem do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridade a serem atendidas (2011b, p.421).

A profissão de assistente social é considerada uma profissão liberal, “classificada como de natureza técnico-científica, cujo exercício determina a aplicação de processos específicos de serviço social” (SIMÕES, 2012, p. 506).

Desta forma, pode-se afirmar que o assistente social por mais que seja considerado um profissional liberal⁵² pela sua autonomia profissional, caracterizada pelo fato de poder indicar projetos que ultrapassem os limites institucionais e a relação que estabelece com os usuários, ainda é um trabalhador assalariado que depende da classe detentora da propriedade, portanto do capital, para a sua própria sobrevivência, e pode-se dizer que muitas vezes seu trabalho está condicionado a atender os interesses da instituição empregadora⁵³.

Neste contexto, destaca-se o papel fundamental do Serviço Social no planejamento e gestão dos programas e políticas habitacionais, contribuindo com seu saber e seu compromisso ético-político, na busca pela ampliação da cidadania, garantia de direitos- principalmente o da moradia, e defesa da liberdade, trabalhando com as manifestações da questão social vivenciadas por este segmento.

De acordo com Silva (2004) apud Simões (2012, p. 511),

O assistente social insere-se atualmente, não somente nas ações assistenciais, tal como especificamente definidas pela Constituição, como, também, nas diversas políticas públicas na esfera estatal, sobretudo municipal e no setor privado. Desenvolve atividades na intervenção direta com a população, atua na pesquisa, planejamento, supervisão, consultoria e gestão de políticas, no âmbito da concepção e execução de programas,

⁵² Segundo Simões, “atualmente, as profissões liberais são aquelas cujo exercício decorre da exigência legal dos requisitos de diploma em um curso de nível superior, inscrição em um órgão normatizador, fiscalizador e de defesa da profissão (como Conselhos e Sindicatos) e a subordinação a um Código de Ética [...] assegurando o reconhecimento da autonomia profissional” (2012, p. 508).

⁵³ Como é o caso de profissionais contratados para trabalhar com os operários de alguma empresa para que, através de ações que viabilizem a resolutividade de suas demandas, proporcionando bem-estar aos profissionais, sentindo-se assim acolhidos e conseqüentemente trabalhem melhor e produzam mais, beneficiando a empresa.

projetos, serviços e benefícios sociais. Perfaz a mediação das políticas sociais, interferindo, assim, nos processos de reprodução das relações sociais e, sobretudo, na condição de vida da população.

Sendo assim, tem como seu objeto de trabalho as diversas expressões da questão social manifestas na sociedade. De acordo com lamamoto (2011a, p.28):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdade e a ela resistem e se opõem.

Percebe-se que não se trata em analisar a questão social em si, mas sim as expressões geradas por ela, como por exemplo: a desigualdade social, o desemprego, a fome, o analfabetismo, a violência e mais especificamente a falta ou inadequação da moradia.

Segundo lamamoto (2011a, p.27), a questão social pode ser definida como

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

É importante ressaltar ainda que a questão social não representa somente as desigualdades, mas também o processo de luta e resistência dos trabalhadores e da população excluída, na luta por seus direitos econômicos, políticos, sociais e culturais, seja através de associações, conselhos, sindicatos ou movimentos sociais.

De acordo com Pastorini, alguns autores colocam em debate a existência de uma nova questão social, considerando que atualmente vivemos em uma “nova sociedade”⁵⁴, com “novos problemas” e “novos atores sociais”, que justificariam este debate por apresentarem novas demandas. Conforme apresentado por Pastorini (2010, p. 22),

Nos últimos anos percebe-se um aumento nas taxas de desemprego (principalmente no ramo da indústria) e crescimento da precariedade das condições de emprego, questões diretamente vinculadas à regressão dos

⁵⁴Em relação ao período da ascensão do capitalismo e da Revolução Industrial, onde se intensificou a questão social.

direitos sociais, bem como ausência de proteção e enfraquecimento da expressão sindical dos trabalhadores. A redução crescente do emprego industrial e, em decorrência, o aumento da desproteção de amplos setores, acompanhados do aumento da pobreza, levam alguns autores a afirmar que a “questão social” a partir de então passa a ser outra, tornando-se diferente daquela que emergiu no século XIX; esta “nova questão social” seria uma consequência da revolução tecnológica que deixaria para trás um modelo industrial para adentrar numa sociedade “pós-industrial” ou “pós-trabalho”.

A autora, porém, entende que existam novos elementos e novas expressões da questão social, mas defende que a questão em si mantém “os traços essenciais e constitutivos da sua origem” e a “característica de ser uma expressão concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações capital-trabalho”, além de que ao afirmarmos que há uma “nova” questão social, seria afirmar que a “antiga” já foi superada, resolvida, o que sabemos que não é o caso (PASTORINI, 2010).

Assim, podemos dizer que existem diferentes versões da questão social nos diferentes estágios capitalistas, e, portanto, diferentes respostas dadas a ela por parte da sociedade no decorrer da história, mas mantendo-se os elementos da busca da estabilidade e manutenção da ordem estabelecida, da preocupação com a reprodução dos antagonismos e contradições capitalistas, e da legitimação social, como denominador comum entre essas diferentes versões (PASTORINI, 2010, p.20).

Pode-se afirmar que os usuários que procuram a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária são diretamente influenciados pelas expressões da questão social, vivendo à margem da sociedade e em privação dos seus direitos sociais, atingida pelas expressões da questão social manifestas no setor habitacional, e residindo em submoradias, em condições insalubres, precárias e/ou irregulares de moradia.

Especificamente na área habitacional, cabe ao profissional assistente social atentar para a função social da Instituição em que está inserido e mais especificamente, a função social da habitação, bem como para as demandas institucionais originadas pela questão social, analisando-as a fim detectar as demandas sócio profissionais resultantes da expressão da questão social, devendo buscar possibilidades da viabilização e efetivação dos direitos e o acesso dos usuários às informações necessárias para a resolução de suas demandas.

Em relação à função social da propriedade urbana, Russo afirma que

A função social da propriedade urbana está inserida em um contexto maior, qual seja, a cidade, entendida esta como o espaço territorial organizado no intuito de estabelecer convivência, segurança e provisão para seus habitantes. A cidade pode ser considerada um organismo vivo, em constante mutação e que tem de se adaptar às mudanças introduzidas por seus próprios cidadãos, visando o bem comum, o bem social (2012, p. 27).

A função social da habitação se dá à medida que a moradia proporciona segurança, bem estar e uma qualidade de vida adequada a seus moradores, aliada às possibilidades de sociabilidade e convivência com o entorno, cumprindo as regras estabelecidas no Plano Diretor da cidade, que por sua vez é baseado no Estatuto das Cidades, já apresentado no capítulo 2 deste trabalho. Desta forma,

O direito à moradia não se resume apenas à presença de um abrigo ou teto, mas significa ter acesso a uma habitação adequada, que possua infraestrutura básica e, portanto, que ofereça aos moradores uma possibilidade de melhoria contínua de sua condição de vida (CASTIGIONI, BORGES, SOUZA, 2010, pág. 48).

Conforme Russo (2012, p.27), a cidade já “apresenta uma função social em si mesma”, e, portanto, cabe à propriedade privada se adequar aos interesses da cidade para que cumpra sua própria função social. Cabe ressaltar que o não cumprimento da função social da habitação- a inutilização ou subutilização da mesma- é de responsabilidade do proprietário, porém os efeitos deste não cumprimento se dão sobre a sociedade e a cidade como um todo, já que afeta o direito de morar dos não proprietários, que ficam a mercê de oscilações imobiliárias ou de programas habitacionais que não suprem, ou suprem de forma precária e insuficiente a necessidade de morar de todos (RUSSO, 2012).

De acordo com Russo,

[...] os programas habitacionais brasileiros contribuíram para uma urbanização desordenada e sem uma efetividade no planejamento, gerando aglomerados urbanos os quais não apresentam as características essenciais a uma cidade, acarretando, por último, uma ausência de cumprimento de função social em muitos dos imóveis, sejam eles públicos ou privados (2012, p.28).

Conforme já disposto no Capítulo 2, os programas habitacionais já implantados no país até hoje proporcionaram, de fato, moradias à população brasileira (mesmo que não cumprissem de forma eficiente com todas suas metas), porém pode-se afirmar que devido a graves dificuldades no planejamento e gestão dos programas, acabou

por intensificar as expressões da questão social na habitação através da segregação espacial causada principalmente pela relação do capitalismo com a propriedade privada, a especulação imobiliária e as desigualdades sociais e econômicas resultantes.

3.2 O TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Não é de hoje que há o trabalho social em programas habitacionais de interesse social, porém este só passou a ser obrigatório após a promulgação da Política Nacional de Habitação, ratificada com o conceito de desenvolvimento urbano integrado já citado anteriormente, onde o espaço físico da moradia é apenas um dos componentes da urbanização. Segundo Carvalho (2015, p.13),

O trabalho social foi assumido como parte integrante do projeto habitacional desde o desenvolvimento do Programa Habitar Brasil/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), iniciado em 1999. Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades (MCIDADES), o trabalho social passou a ser componente básico da Política Nacional de Habitação, estendendo esta exigência aos demais programas em que o MCIDADES concedesse recursos a fundo perdido e àqueles obtidos através de empréstimos a estados e municípios. Ratificou-se, então, essa determinação e generalizou-se a inclusão do Trabalho Social Integrado nos programas habitacionais de interesse social.

Especificamente no programa “Minha Casa, Minha Vida”, o planejamento, elaboração, gestão e execução desse Projeto de Trabalho Social é responsabilidade das Prefeituras, podendo optar por designar a terceiros, através de processo de licitação das empresas interessadas.

Até o ano de 2014, o trabalho social possuía diferentes estratégias e normativas que variavam conforme a origem das intervenções habitacionais. Em janeiro de 2014 foi publicada Portaria do Ministério das Cidades que tem como objetivo aprovar um manual de instruções para a execução do trabalho social em modalidades do Programa Minha Casa Minha Vida e do PAC- Urbanização de Assentamentos Precários.

Conforme a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, que “aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades”, o Trabalho Social

[...] compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014, p. 5).

Esta Portaria define os objetivos e orienta a execução do Trabalho Social em empreendimentos pertencentes a diferentes modalidades de financiamento (PAC, Minha Casa Minha Vida – Entidades, Minha Casa Minha Vida Rural, Minha Casa Minha Vida- Fundo de Arrendamento Residencial – FAR para municípios com população inferior ou superior a 50.000 habitantes). Este trabalho trata-se do Trabalho Social em empreendimentos do programa “Minha Casa, Minha Vida” financiados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, pois é o caso do Residencial Dom Ivo Lorscheiter, localizado no município de Santa Maria/RS.

Segundo a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, o trabalho social é dividido em 4 fases: 1- a fase da pré-seleção, onde o agente proponente executor no caso a Prefeitura, deve elaborar um Projeto de Trabalho Social Preliminar- PTS-P; 2- a fase de pré-obras (somente para contratações do Programa de Aceleração do Crescimento), 3- fase de obras (no “Minha Casa, Minha Vida” compreende a seleção e hierarquização da demanda, como o sorteio, análise da documentação e envio para aprovação do agente financeiro), e 4- fase de pós-obras, que inicia “imediatamente após a conclusão das obras/serviços, mudança dos beneficiários para a nova unidade habitacional ou a conclusão de melhoria habitacional, quando for o caso, e terá a duração de 6 (seis) a 12 (doze) meses” (BRASIL, 2014, p. 21).

Conforme a Portaria nº 21 (BRASIL, 2014, p.12) o Projeto Preliminar é o “documento com a caracterização geral da área de intervenção, bem como da população beneficiária, da intervenção física e com os objetivos do Trabalho Social, visando a subsidiar a contratação da operação e a elaboração do PTS”. Já no Projeto de Trabalho Social, devem constar ações que contemplem 04 eixos pré-estabelecidos, sendo estes: 1- Mobilização, Organização e Fortalecimento Social; 2- Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção; 3- Educação Ambiental e

Patrimonial e 4- Desenvolvimento Socioeconômico. Segundo a Portaria nº 21, estes eixos compreendem

1. **Mobilização, organização e fortalecimento social** – prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando a promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, à constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.

2. **Acompanhamento e gestão social da intervenção** – visa a promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação ao longo da sua execução, bem como, preparar e acompanhar a comunidade para a compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para a sua implementação.

3. **Educação ambiental e patrimonial** – visa a promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.

4. **Desenvolvimento socioeconômico** – objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo (BRASIL, 2014, p.11).

Desta forma, o Trabalho Social possui como principais diretrizes a promoção da autonomia dos usuários, o protagonismo e a participação social, “a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção” (BRASIL, 2014, p.5), bem como a disponibilização de informações sobre o programa a todos os beneficiários, apoio a ações de educação ambiental, ao planejamento do orçamento familiar, à gestão condominial e atividades de geração de trabalho e renda. Objetiva ainda, a organização da vida em comunidades respeitando as especificidades da população beneficiária, visando o desenvolvimento e a inserção das famílias nos serviços sociais do município.

Especificamente no Residencial Dom Ivo Lorscheiter, o Trabalho Social está sendo realizado desde agosto de 2015 pelo Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial- SENAC⁵⁵ com contrato de 12 meses. São 578 famílias que residem em casas geminadas (duas a duas) distribuídas em 29 quadras e que vieram de todos os locais da cidade para viver em comunidade, desta forma é natural que haja conflitos e divergências na convivência, o que reforça a importância de um trabalho efetivo nesta questão. Como áreas comuns os moradores contam com um Centro Comunitário (onde geralmente são realizadas as atividades do Trabalho Social), uma praça de brinquedos com campo de futebol e uma praça de brinquedos com quiosque aberto. Está em fase de conclusão ainda no centro do Residencial uma Unidade Básica de Saúde, que após a entrega e a contratação de recursos humanos deverá atender toda a população da micro e da macroárea do entorno.

O Trabalho Social é executado através de plantão social, visitas domiciliares, encaminhamentos, reuniões de moradores e atividades de esporte, lazer e cultura desenvolvidas através de grupos temáticos de moradores divididos por faixa etária. A equipe é composta por duas assistentes sociais, sendo uma a coordenadora do Trabalho Social, duas estagiárias de Serviço Social, uma terapeuta ocupacional e um auxiliar administrativo.

São realizados ainda, cursos de capacitação e qualificação para o trabalho⁵⁶ com certificado SENAC⁵⁷, palestras e oficinas de assuntos diversos. As oficinas e palestras podem ser realizadas por todos os moradores do Residencial, sem limite de idade ou escolaridade; porém os cursos têm como requisito a idade mínima de 16 anos e a escolaridade mínima é 5ª série do ensino fundamental, o que acaba por

⁵⁵ Entidade ligada ao Sistema “S” Fecomércio, juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). O Sistema S é o termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Ver mais em < <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s> > último acesso em 06/11/15.

⁵⁶ Os cursos ofertados são de Recepcionista, Cuidador de Idoso, Manicure e Pedicure e de Pães, Cucas, Sonhos e Massas Caseiras. Foi ofertado ainda o curso de Vendedor, porém não houve público suficiente para iniciar a turma e, desta forma, pode-se programar mais uma turma do curso de Pães, que é o de maior demanda. Os cursos de Recepcionista e Cuidador de Idoso devem contemplar entre 20-25 alunos, e o de Manicure e Pedicure e de Pães, Cucas, Sonhos e Massas Caseiras serão de 15 alunos por turma, pois como são atividades práticas, exigem mais atenção dos professores.

⁵⁷ São realizadas oficinas de materiais recicláveis, arborização e jardinagem, capacitação em relação às normas do Plano de Prevenção Contra Incêndio- PPCI, Capoeira e dança. As palestras são relativas à nova lei dos empregados domésticos, benefício da Aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada, Lei Maria da Penha, Prevenção de Uso de Substâncias Psicoativas, entre outras que podem ser organizadas e ofertadas conforme a demanda da população e recurso disponível no projeto.

não incluir considerável parcela de moradores, visto que alguns sequer tiveram acesso à escola devido a sua condição de vulnerabilidade e exclusão social. Percebe-se a importância das visitas domiciliares e do Plantão Social para que identifique esta população e busque viabilizar o direito à educação, como o acesso à escola, tanto a possibilidade de alfabetização quanto Educação de Jovens e Adultos- EJA ou ensino formal continuado.

Neste contexto, nos diz lamamoto que

A categoria profissional desenvolve uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços sociais viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos (2004, p.6).

O Plantão Social está disponível das 12h às 18h e é realizado através de acolhimento, escuta e encaminhamentos (quando necessário) para a resolução das demandas. As visitas domiciliares são periódicas e realizadas sempre pela assistente social acompanhada de uma estagiária. A necessidade de realização de visita familiar geralmente é detectada através do Plantão Social ou após percepção da equipe ao circular pelo Residencial, mas podem ser ainda acompanhadas após solicitação por encaminhamento do Conselho Tutelar e/ou Centro de Referência em Assistência Social- CRAS.

Os grupos temáticos são ministrados pela terapeuta ocupacional e têm como objetivo o convívio comunitário e o desenvolvimento pessoal através de ações socioeducativas e atividades de lazer. São voltados para crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Os grupos de crianças e adolescentes estão divididos em faixas etárias, pois cada faixa possui demandas e necessidades específicas que entrariam em conflito caso fossem trabalhados num mesmo grupo. Estão divididos em: grupo de crianças com idade entre 3 a 6 anos, grupo de crianças com idade entre 7 e 10 anos, grupo de adolescentes com idade entre 11 a 13 anos e outro grupo daqueles que pertencem a faixa de idade dos 14 aos 18 anos. Os grupos de crianças são realizados no período da manhã, uma vez por semana durante uma hora. São ministrados pela terapeuta ocupacional com o auxílio de uma das estagiárias do Serviço Social, e realizam brincadeiras e atividades lúdicas voltadas ao desenvolvimento infantil, estímulo da leitura e linguagem, regras de convivência,

confeção de brinquedos com materiais recicláveis e desenvolvimento motor através de recorte e desenhos. Desta forma, pode-se afirmar que

O trabalho profissional é, pois, parte do trabalho coletivo produzido pelo conjunto da sociedade, operando a prestação de serviços sociais que atendem a necessidades sociais e realizando, nesse processo, práticas sócio-educativas, de caráter político-ideológico, que interferem no processo de reprodução de condições de vida de grandes segmentos populacionais alvos das políticas sociais (IAMAMOTO, 2004, p. 21).

Os grupos de adolescentes são sempre um dia na semana, durante uma hora cada, no período da tarde e neles são realizados e confeccionados jogos diversos como de baralho, tabuleiro, esportes, palavras cruzadas, atividades de raciocínio e lógica. São tratadas também regras de convivência e rodas de conversa sobre assuntos diversos do interesse do grupo (sexualidade, violência, drogas, assuntos escolares), sempre voltados ao desenvolvimento pessoal e social.

O grupo de mulheres ocorre duas vezes na semana no período da tarde, durante uma hora cada, e tratam sobre questões específicas da saúde da mulher (prevenção, diagnóstico e tratamento de cânceres, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis), atividades de esporte e lazer como ginástica, danças, artesanato (crochê, pintura em tecido, trabalho com biscuit, tricô) e outras atividades que podem ser executadas conforme sugestão das usuárias.

O grupo de convivência de idosos ocorre duas vezes por semana, uma no período da tarde e outra no período da manhã, também durante uma hora cada. Algumas idosas participam também do grupo de mulheres, pela identificação com a temática, a disponibilidade de tempo e a vontade de ocupar seu tempo livre. No grupo são realizadas atividades solicitadas por eles e outras programadas pela terapeuta ocupacional, como artesanato, tricô, crochê, pintura em tecido, atividades de relaxamento com músicas, alongamento, rodas de conversa, palavras cruzadas, jogos de tabuleiro e dinâmicas de grupo.

Duas vezes por semana ocorre ainda a Oficina de Capoeira para todas as idades. Esta é ministrada por profissionais moradores do próprio Residencial que foram contratados pelo SENAC, fortalecendo assim, a inserção dos moradores na

execução do Trabalho Social, o sentimento de pertencimento e a cooperação com a comunidade através do seu próprio trabalho.

Periodicamente são realizadas reuniões de moradores, que contam com a presença da Associação Comunitária do Residencial⁵⁸, para tratar de assuntos gerais da vida em comunidade⁵⁹ e informações sobre o Trabalho Social, o programa “Minha Casa, Minha Vida” e o “Guia do Proprietário”⁶⁰ recebido da instituição financeira no ato da entrega das chaves da casa.

O Guia do Proprietário contém informações sobre o cuidado e a manutenção da moradia, incluindo dicas de limpeza e organização, economia de água e energia, dicas para boa convivência com os vizinhos, informações sobre a construção e/ou ampliação da moradia (o que pode e o que não pode fazer)⁶¹, direitos e deveres dos moradores, bem como a proibição de ceder, alugar ou vender a unidade habitacional no período mínimo de 10 anos- período do financiamento.

3.3 A TRAJETÓRIA DOS DIREITOS DO IDOSO, A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA E O TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS

A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi a primeira que estabeleceu expressamente o dever que a família, a sociedade e o Estado tem de amparar o idoso em seus Artigo 229 e 230, onde respectivamente diz que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” e “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988).

Foi também através da promulgação da Constituição Federal Brasileira que o Estado determinou que a assistência social passasse a integrar o sistema de

⁵⁸ A associação comunitária do Residencial foi construída no início do ano de 2015 a partir do Projeto de Intervenção de outra acadêmica do curso de Serviço Social da UFSM.

⁵⁹ Como a convivência comunitária, o cuidado com os animais e espaços comuns, o descarte correto do lixo, dúvidas e/ou reclamações sobre o Trabalho Social, o Programa ou o próprio Residencial.

⁶⁰ Disponível em <http://www.caixa.gov.br/downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Guia_do_proprietario.pdf> último acesso em 12/11/15.

⁶¹ É permitida a construção de muro e/ou grade para fechar o pátio, porém deve-se atentar para as medições legais, bem como é permitido ampliar a moradia, no entanto não pode construir à frente da casa nem inserir aberturas onde não está previamente demarcado pela construtora, pois pode causar danos à estrutura do imóvel.

Seguridade Social do país, onde juntamente com a saúde e a previdência social, estabelece uma rede de proteção à cidadania, devendo assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência através de um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade. Conforme Simões (2012, p. 105) “a escolha dessas três instituições expressa três áreas de necessidades sociais, consideradas básicas para a estabilidade da sociedade brasileira”⁶².

Nessa perspectiva, a assistência social passou a ser direito do cidadão e responsabilidade do Estado e, com isso ficou estabelecido que as ações na área da assistência social deveriam ser realizadas de forma descentralizada e participativa (BRASIL, 2004).

A partir de 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a assistência social passou a ser considerada como política pública definindo atribuições e responsabilidades específicas para as três esferas do governo. Desta forma, a Lei Orgânica da Assistência Social, no capítulo I, das definições e dos objetivos, estabelece:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993).

Tem ainda como objetivo, conforme artigo 2º, inciso I, alínea a “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;” e em seu artigo 4º, inciso III prevê “o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade”.

Seguindo os passos do desenvolvimento social, a construção coletiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surge a partir de 2004, com a finalidade de garantir uma assistência social pública e de qualidade, com um compromisso firmado entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Segundo Sposati (2011, p. 102) “o SUAS não é produto do inesperado, da genialidade ou da prepotência da

⁶² A Saúde para todos que dela necessitarem; a Previdência Social, para todos que contribuem e a Assistência Social, para quem dela necessitar, conforme critérios estabelecidos em cada serviço.

equipe federal. Ele resulta de quase 20 anos de luta na assistência social e do aprendizado com a gestão da saúde, em particular com o SUS”.

Neste mesmo processo coletivo, foi construída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2005), que traz avanços em muitos aspectos. Estrutura a assistência social em níveis de proteção (básica e especial), situando e articulando estas modalidades de proteção social ao conjunto das demais proteções. A proteção social deve garantir segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida, de convívio ou vivência familiar. Os níveis de proteção foram estipulados devido ao entendimento de que os usuários da Política Nacional de Assistência Social não são grupos homogêneos, e devem ser atendidos conforme suas necessidades e particularidades específicas, mais uma conquista para a população idosa.

A proteção social básica se dá nas famílias em que seus membros ainda não tiveram seus direitos violados, embora se encontrem em situação de vulnerabilidade social. Conforme Simões (2011, p. 334), o CRAS⁶³ tem como finalidade assegurar as condições mínimas para que esses sujeitos sociais desenvolvam capacidades, superando a situação de vulnerabilidade social, a médio e longo prazo.

No que se refere aos serviços e benefícios executados pelo CRAS, temos o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias)⁶⁴ que norteia o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e ambos são orientados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que será tratada a seguir.

Não há como falar de trabalho com a população idosa sem relacionar primeiramente à temática da saúde, pois este é o segmento da sociedade que é naturalmente atingido pela qualidade da vida- ou não- que levou durante anos. A Atenção Integral dispensada à saúde do idoso é garantida pelo Sistema Único de Saúde- SUS através das ações e serviços de prevenção, promoção, proteção e recuperação de saúde, de modo que as doenças prevalentes entre os idosos, tais como: hipertensão, diabetes, artroses, perda de audição e visão, redução dos movimentos e etc. sejam prioritariamente atendidas.

⁶³ Centro de Referência em Assistência Social.

⁶⁴ O atendimento pelo PAIF “consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida” (BRASIL, 2009, p. 6).

O Ministério da Saúde em 2006, ao abordar nos Cadernos de Atenção Básica o tema “Envelhecimento e saúde da pessoa idosa”, conceitua envelhecimento como um processo natural, que pode estar ou não associado à presença de doenças e/ou problemas de saúde, depende da exposição, sobrecarga e estilo de vida adotado. É errôneo considerar que todos os problemas que acometem idosos façam parte deste processo natural de vida, pois impedem a detecção de diagnósticos precoces. Por outro lado, o exagero com que submetem os idosos a exames e tratamentos desnecessários, impede familiar e cuidadores de perceber que tais intercorrências fazem parte deste processo evolutivo.

O envelhecimento ativo, conceito utilizado pela OMS, passa a integrar as ações de promoção da saúde da pessoa idosa nas quais recebem o direcionamento das diretrizes e estratégias da *Política Nacional de Promoção da Saúde*⁶⁵ (Portaria 687/GM, de 30 de março de 2006) que promove modos de vida saudáveis, priorizando a prática de atividades físicas, prevenção e controle do tabagismo, alimentação saudável, redução do uso de álcool e outras drogas, redução da violência e acidentes de trânsito.

Segundo Carolino, et al (2010, p.11),

O Brasil é um país marcado por fortes desigualdades sociais e econômicas, essas diferenças fazem com que uma boa parte da população em geral seja tratada de forma indigna e injusta. O idoso nesse processo assume um lugar de destaque como problemática social – questão social.

Em 1994, foi instituída a Política Nacional do Idoso (PNI) – Lei nº 8.842 de 4 de Janeiro de 1994 – em reconhecimento da importância e crescimento do envelhecimento populacional e da necessidade de assegurar direitos sociais que promovam a autonomia, integração e participação do idoso na sociedade.

O Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/03 – acrescenta novos dispositivos à Política Nacional do Idoso e consolida os direitos assegurados pela Constituição Federal, representando o exercício e o resgate da dignidade da pessoa humana ao contemplar direitos fundamentais como a saúde, a educação, a cultura, a **habitação**, o transporte, o lazer, a dignidade, a **convivência familiar e comunitária** e etc., além de medidas de proteção e sanções para quem violar os direitos do idoso. Foi

⁶⁵ A promoção de saúde é definida pelo Ministério da Saúde como uma das prioridades e compromissos do Pacto em Defesa da Vida.

aprovado pelo governo brasileiro com o intuito de criar políticas sociais que preparem a sociedade para lidar com a perspectiva apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para 2025, que fará do Brasil o sexto país do mundo com maior número de idosos.

No Brasil, grande parte da população idosa é de baixa renda e está exposta às mais diferentes expressões da questão social, com condições adversas de trabalho, moradia e alimentação. E mesmo quem não se enquadra neste perfil socioeconômico acaba sofrendo discriminação, geralmente por não mais fazer parte da população economicamente ativa. O culto ao novo, ao jovem, discrimina o idoso apenas por ser idoso, por ser considerado velho; no sentido pejorativo (de que já não serve mais).

Diante desse cenário, busca-se refletir acerca da terceira idade como uma fase da vida saudável e harmoniosa, e não como um período de perdas. Muitos idosos perdem autoestima e vontade de viver em função da perda do papel de ser humano produtivo, haja vista que o idoso em muitas situações não é valorizado e sim esquecido, por não gerar mais lucro no sistema capitalista. Ainda, as famílias não estão sabendo como lidar com a pessoa idosa, passam a conceber o mesmo como incapaz de gerir sua rotina pessoal, gerando uma dependência e alienação do idoso para com os filhos e consequentemente um envelhecimento penoso e doentio (GOBBO; KATZER, s.d., p.8).

Embora seja um fenômeno mundial, uma das maiores preocupações deste crescimento excepcional nas últimas décadas, principalmente nos países considerados em desenvolvimento, é a condição de vulnerabilidade desta população e a crescente necessidade de atenção específica as suas demandas, garantindo o direito de envelhecer com dignidade, saúde e segurança.

O envelhecimento é único para cada ser humano, podendo o idoso tomar diferentes posições e formas de ser e de se comportar durante esta fase da vida. Para muitos, a velhice ainda é associada a doença, sobrecarga, incapacidade, depressão, solidão, abandono e perdas. Além de ser diferente para cada idoso, o envelhecimento se manifesta de maneiras diferentes e em tempos diversos. Pode-se encontrar um velho aos 50 anos, como também um jovem aos 70. Embora o físico e a mente envelheçam juntos, este envelhecimento não se efetiva no mesmo ritmo para ambos (MATTOS, 2008 apud GOBBO; KATZER, s.d, p. 3).

Conforme Bieger et al (2014), na sociedade capitalista atual os idosos são vistos e tratados como pessoas que não possuem mais valor de uso, já que na maioria das vezes não estão mais inseridos no mercado de trabalho, como se o

valor do ser humano fosse restringido apenas a sua força produtiva. Dessa forma passa-se a ocorrer um “desinvestimento” político e social com a população idosa, o qual Minayo (2003) define como motivador da exclusão social.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003, p.1).

O Estatuto do Idoso tem como destaque a responsabilização não somente da família para a efetivação dos direitos do idoso, mas da comunidade, do poder público e da sociedade como um todo, além de outras medidas. Este documento que veio para regulamentar os direitos sociais das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos⁶⁶, estabeleceu também o atendimento preferencial e prioritário as pessoas idosas, bem como a garantia de acesso às políticas sociais básicas. Contudo, salienta-se que nem sempre isso acontece, pois apesar de ter sido um marco legal importante para a proteção do idoso brasileiro, ainda não garante de forma plena as mudanças necessárias para oferecer mais qualidade de vida no cotidiano desse segmento.

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada (BRASIL, 2003).

O direito legítimo do idoso à moradia digna está incluso no artigo 37 do Estatuto do Idoso desde 2003, porém a regulamentação das reservas habitacionais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos só veio a ser garantido em 2011, através da Lei nº 12.419, de 9 de junho de 2011, que garante a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais, devendo ser preferencialmente localizadas no pavimento térreo, justamente pelas dificuldades de locomoção que possam surgir durante o processo de envelhecimento.

⁶⁶ Conforme o artigo 1º do Estatuto.

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

I - reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos;

II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;

IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

Parágrafo único. As unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo (BRASIL, 2003).

Quando o artigo 38 foi publicado, o texto original estipulava o limite de 3% das unidades reservadas para os idosos. Em nova redação, o texto foi alterado para “reserva de pelo menos 3%”, estipulando um mínimo de unidades de acordo com o total de casas de cada residencial. Observa-se uma valorização do direito do idoso à moradia.

Um dos serviços descritos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009, p.9).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos foi construído para ser realizado em grupos e de acordo com cada faixa etária, pois cada fase da vida possui características e necessidades diversas. A descrição do serviço se dá a partir da divisão em 4 grupos: 1- descrição específica do serviço para crianças até 6 anos, 2- descrição específica do serviço para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, 3- descrição específica do serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e 4- descrição específica do serviço para idosos, com idade igual ou superior a 60 anos.

Quanto aos objetivos do trabalho específico para idosos, o documento descreve que,

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir (BRASIL, 2009, p.11).

Orienta ainda que a inclusão no serviço deva ser preferencialmente a: 1- idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; 2- de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e 3- “com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão” (BRASIL, 2009, p 12). Segundo a Tipificação, o impacto social esperado pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é principalmente “a melhoria da condição de sociabilidade de idosos e a redução e prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização” (BRASIL, 2009, p. 16).

Cita ainda que o trabalho social com idosos neste serviço deve conter

TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO: Acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania (BRASIL, 2009, p.13).

Desta forma, o trabalho social com idosos em intervenções habitacionais torna-se fundamental para que estes se sintam pertencentes daquela localidade e sigam motivados, ou encontrem motivação em seguir sua vida após a mudança, que não é apenas de endereço, mas de vida, de hábitos e de rotinas. De acordo com Gobbo; Katzer (s.d, p. 14), podemos afirmar que “a convivência comunitária promove o bem-estar, a alegria e a qualidade de vida na terceira idade”. Desta forma, o incentivo a participação ativa na sociedade, “seja em grupos de convivência, voluntários em trabalhos de cunho social, cursos e demais encontros sociais é o caminho para garantir uma velhice realmente saudável”.

Sendo assim, cabe ressaltar que os grupos de convivência são excelentes alternativas para o processo de envelhecimento aliado à melhoria da qualidade de

vida, de forma que os idosos participem de ações que contribuam para o desenvolvimento de suas capacidades mentais e cognitivas, através de atividades que exercitem a memória e o raciocínio lógico e ao mesmo tempo ocupem o seu tempo livre.

No grupo de convivência, a importância de estar com o outro, as trocas de experiências, o compartilhamento das dificuldades, fazem os idosos sentirem-se mais produtivos, pelo simples fato de serem aceitos, de conversarem sobre problemas semelhantes, de desenvolverem capacidades semelhantes, de olharem uns aos outros, como seres que têm desejos, lembranças, criatividade, e que podem levar ao crescimento por meio da motivação do grupo e coordenação do facilitador. Falamos em crescimento, não somente no aspecto individual, mas, também, no sentido mais amplo, ao “empoderarmos” aquelas pessoas a agirem sobre o mundo, sobre a sociedade e pessoas que vivem ao seu redor, no objetivo de torná-los sujeitos reflexivos e operativos (MATTOS, 2008 apud GOBBO; KATZER, s.d, p.14).

É de fundamental importância que o Trabalho Social proporcione que se sintam acolhidos, ouvidos, compreendidos, informados e pertencentes novamente à sociedade, como uma parcela da população que já contribuiu com sua parte no sistema capitalista e no mercado de trabalho e precisa focar-se em viver com qualidade, sendo fundamental o trabalho do profissional assistente social com o apoio de uma equipe multidisciplinar formada por médicos, psicólogos e terapeutas ocupacionais neste cenário de demandas tão específicas que é o trabalho com idosos.

4 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA HABITAÇÃO

4.1 A SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE SANTA MARIA/RS

A Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária pertence à Instituição Prefeitura Municipal de Santa Maria, sendo, portanto, uma secretaria de caráter público e está localizada no 5º andar do Centro Administrativo Municipal, na Rua Venâncio Aires, número 2277, bairro Centro, em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

O horário de atendimento externo da Secretaria é das 7h30min às 13h, de segunda à sexta-feira, estando o horário de atendimento do Serviço Social inserido neste, das 8h30min às 13h, diariamente, de segunda à sexta-feira. Após às 13h permanecem em expediente interno na Secretaria os funcionários que possuem carga horária de 40h semanais para executar atividades de gestão e planejamento⁶⁷.

A Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária nem sempre teve essa denominação, pois até o ano de 2009 esteve ligada às Secretarias que tratavam de obras e infraestrutura. Conforme trocas de administração, as áreas de atuação da mesma também foram alteradas ao longo do tempo, até chegar a ter como seus serviços principais a habitação de interesse social⁶⁸. Seu caráter público se manteve ao longo dos anos, devido a ser agente do sistema da administração pública municipal de Santa Maria-RS.

O início do primeiro mandato do então Prefeito Municipal, Cezar Augusto Schirmer foi no ano de 2009. No ano seguinte, na primeira reforma administrativa, através da Lei Municipal Nº 5309, de 13 de maio de 2010, que “Altera dispositivos da Lei Municipal Nº 5189/09, de 30 de abril de 2009 e cria a Secretaria de Município de

⁶⁷ Seja dos programas habitacionais ou da própria organização da Secretaria.

⁶⁸ Segundo a Lei Municipal 5659/12, Capítulo I, Seção I, Artigo 1º, Inciso 1º, considera-se habitação de interesse social, aquela destinada a atender à população com renda familiar mensal de até 05 (cinco) salários mínimos, priorizando os grupos de atendimento de até três (03) salários mínimos (SANTA MARIA, 2012, p.2).

Habitação e Regularização Fundiária e dá outras providências”, é então implantada a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária.

Segundo o Artigo 3º desta mesma Lei, a Secretaria tem por objetivos principais “o planejamento, a proposição e execução de políticas públicas municipais relativas à habitação popular, ao saneamento, e à regularização fundiária”; bem como erradicar a ocupação em Áreas de Risco, Áreas de Preservação Permanente (as chamadas APP’s) e áreas insalubres do município.

Na segunda reforma administrativa, no ano de 2013, referente ao segundo mandato do Prefeito Cezar Augusto Schirmer, a Secretaria incorporou às suas atribuições, a Superintendência de Monitoramento de Obras- referente ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que até então era responsabilidade do Gabinete do Prefeito.

A Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária segue então dividida em três Programas que se destacam: quanto ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) e o Programa “Morada Feliz”, que dispõe sobre questões relativas à habitação e à regularização fundiária.

Atualmente, tem sua estrutura organizacional e funcional regulamentada pelo Decreto Executivo nº 87, de 30 de Agosto de 2013, que “Dispõe sobre o Regimento Interno da Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, de conformidade com a Lei Municipal nº 5189/09 e alterações, e dá outras providências”.

Segundo a Lei Orçamentária Anual⁶⁹, o município de Santa Maria prevê um orçamento de R\$ 620 milhões para o ano de 2015 e somente para a Secretaria de Habitação estão destinados R\$ 48.256.796,52, sendo que destes, R\$ 11.000,00 pertencem ao Fundo Municipal de Habitação, e o restante está distribuído entre Administração e Gestão da Secretaria, Programas e Projetos Governamentais, bem

⁶⁹ É possível conferir as informações através do site da Prefeitura Municipal de Santa Maria, no link “Portal da Transparência”. Disponível em <http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/index.php?secao=contaspublicas&tipo=OA&menu_sec=1> último acesso em 30/06/15.

como manutenção das ações de Regularização Fundiária, e obras de urbanização e infraestrutura urbana provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento.

De acordo com o Artigo 7º da Seção II do Capítulo II da Lei nº 5659, de 26 de Junho de 2012, que Institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e dá outras providências, quanto aos recursos financeiros utilizados pelo Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, executado pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, podemos dizer que são oriundos do orçamento municipal de cada administração⁷⁰, estando assim distribuídos:

Art. 7º Os recursos do SMHIS são provenientes:

- I. Do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, criado pela Lei Municipal nº 4415/01, de 05 de fevereiro de 2001;
- II. Do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS;
- III. Do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS; e
- IV. De Outros fundos, ou programas que vierem a ser incorporado ao SMHIS (SANTA MARIA, 2012, p.9).

Quanto aos recursos para execução do PMCMV, estes são oriundos do Governo Federal, através do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, que são repassados para a Caixa Econômica Federal, e por fim para o Poder Público, podendo ou não haver valor de contrapartida do município.

No que tange aos recursos humanos, o quadro de funcionários está organizado entre Cargos de Confiança, indicados por entidades políticas, servidores públicos municipais, nomeados através de concurso público e estagiários, voluntários, curriculares ou extracurriculares.

De acordo com o Art. 6º do Decreto Executivo nº 087/13, de 30 de agosto de 2013, a estrutura administrativa está disposta em hierarquias, conforme:

1 – Gabinete do Secretário, 1.1 – Secretário Adjunto; 1.2 – Chefe de Gabinete; 1.3 – Assessorias; 2 – Superintendência de Programas Habitacionais; 2.1 – Coordenadoria Setorial; 3 – Superintendência do PAC; 4 – Coordenadoria de

⁷⁰ Quanto ao Conselho Municipal de Habitação, optou-se por comentar em nota por não ser um órgão atuante. Existe um conselho formado por membros funcionários da Secretaria de Habitação e movimentos sociais, porém é consultivo e reúnem-se apenas quando há pautas a serem resolvidas obrigatoriamente por este, como aprovação de decretos para alterações dos critérios municipais do PMCMV.

Regularização Fundiária; 5 – Gerência de Projetos e 6 – Gerente Administrativo Setorial.

Podemos então relacionar os cargos como o de Secretário de Município, seguido do Secretário Adjunto, Chefe de Gabinete, Superintendente de Programas Habitacionais, Superintendente do Programa de Aceleração do Crescimento, 02 Gerentes de Projetos, Gerente Setorial, Coordenador Setorial, 03 Assistentes Sociais e 12 estagiários do Serviço Social.

A equipe atualmente é composta por engenheiros, arquitetos, advogados, desenhistas, topógrafos, assistentes sociais e estagiários.

Quanto às profissionais assistentes sociais, uma é responsável pelos atendimentos e visitas domiciliares referentes ao PAC, outra pelo planejamento, gestão e execução das atividades pertinentes à seleção de beneficiários para o Programa Minha Casa Minha Vida, e a outra profissional pela elaboração, gestão e fiscalização dos Trabalhos Sociais no PMCMV, PAC e Regularização Fundiária.

Em consonância com a Lei Municipal 5659/12, Capítulo I, Seção I, Artigo 2º, Parágrafo Único

Parágrafo único. A observância da função social da propriedade urbana visa garantir o direito à habitação, a terra e à cidade, equipamentos, serviços e infraestrutura urbana, mobilidade urbana e a proteção dos recursos naturais e da paisagem urbana (SANTA MARIA, 2012, p.2).

E com a Constituição Federal Brasileira de 1988, que estabelece

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
[...]

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; (BRASIL, 1988).

Os serviços prestados pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria são:

1º- Requerimento de certidão de abertura de vala⁷¹ e certidão de número oficial para fins de ligação de água, serviço essencial a todo ser humano, pela rede de saneamento básico do município, a atual CORSAN, através de vistorias realizadas por funcionário designado a averiguar a situação do lote (irregular ou regular, público ou privado, ocupação ou invasão) e dependendo da avaliação, é autorizada ou não a emissão do documento solicitado.

2º- Programa Morada Feliz, onde é realizada a regularização dos lotes previamente cadastrados na Prefeitura, respectivamente no setor de Cadastro Imobiliário do município e tem como finalidade a entrega da Concessão do Direito Real de Uso⁷² às famílias através da regularização sustentável de interesse social ou específico, bem como projetos de lotes urbanizados, análise e elaboração de planos de reurbanização.

3º- Execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na SMHRF, este tem por objetivo, desde a sua criação em 2007, além de proporcionar moradias às pessoas em vulnerabilidade social (de acordo com a NOB/SUAS 2010, a análise das vulnerabilidades deve considerar, de um lado, a estrutura de oportunidades da sociedade e o grau de exposição dos sujeitos individuais ou coletivos aos riscos sociais em sentido amplo, e de outro, os ativos materiais, educacionais, simbólicos e relacionais, dentre outros, que afetam a capacidade de resposta dos grupos, famílias, indivíduos às situações adversas) com filhos menores de 18 (dezoito) anos e/ou deficientes físicos, exclusivamente inscritas durante os anos 2007 e 2008, são realizadas ainda obras de infraestrutura e saneamento em áreas irregulares do município.

A partir do ano de 2015 o PAC executará apenas as obras de infraestrutura e saneamento previstas, passando o financiamento de unidades habitacionais a ser somente através do PMCMV, que iniciará sua terceira fase⁷³ no ano de 2016.

⁷¹ Para quem ainda não possui a estrutura física no terreno para a ligação de água.

⁷² Contrato por meio do qual a Administração transfere o uso de terreno público ou privado – não se mencionando a transferência de domínio – por um tempo determinado ou indeterminado, oneroso ou gratuito, com o compromisso por parte do concessionário de destiná-lo estritamente dentro dos fins previstos em Lei, sendo assim atendido o princípio da supremacia do interesse público. FONTE: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6570>

⁷³ O PMCMV é executado por fases, onde cada fase passa por um remodelamento e possui uma meta de construção de imóveis. Iniciou na primeira fase com a meta de construção de 1 milhão de

4º- No âmbito da habitação de interesse social, desenvolve-se o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, sobre o qual foi realizado este estudo, pois foi a área de atuação específica do estágio da já referida aluna, tendo supervisão direta da assistente social responsável por grande parte da gestão do Programa em Santa Maria/RS.

4.2 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662/93, o trabalho do assistente social compreende *competências*, que são qualificações que também podem ser realizadas por outros profissionais de diferentes áreas e *atribuições privativas*, que são competências exclusivas do assistente social, ou seja, somente terão validade institucional se realizadas somente por assistentes sociais (SIMÕES, 2012, p.513).

Art.5º. Constituem atribuições privativas do Assistente Social

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na *área de Serviço Social*;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em *Unidade de Serviço Social*;

III - assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em *matéria de Serviço Social*;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre *matéria de Serviço Social*.

O papel do Serviço Social na Secretaria desenvolve-se além do burocrático, e através do Plantão Social⁷⁴ tem como objetivos orientar, encaminhar e/ou buscar a garantia do direito à habitação de qualidade aos usuários, através da coordenação, planejamento, gestão e execução dos programas habitacionais disponíveis, bem

moradias e atualmente está em sua segunda fase, com a meta de entrega de 2 milhões de moradias. A principal mudança para a terceira fase é a possibilidade da incorporação dos rendimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS na aquisição da unidade habitacional.

⁷⁴Sobre o Plantão Social, Sarmento diz que são espaços que acabam por tornarem-se verdadeiros centros de triagem e encaminhamentos de demandas para garantia de suas necessidades básicas. (1999, p. 103)

como a resolução de demandas decorrentes da situação habitacional apresentada. Tem, de certo modo, o papel de mediar as principais críticas dos usuários e as possibilidades de solução de acordo com a legislação vigente e os serviços disponíveis na Secretaria.

Para Iamamoto,

[...] Colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los tanto em sua normatividade legal, quanto traduzi-los praticamente, viabilizando sua efetivação social. Essa é uma das frentes de luta que move os assistentes sociais nas microações cotidianas que compõem o seu trabalho (2011a, p. 78).

Tratando-se da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, as famílias recorrem ao Plantão Social por iniciativa própria, encaminhamentos internos (de Secretarias e/ou serviços mantidos pela própria prefeitura), e encaminhamentos externos (órgãos externos, entidades, vereadores, etc.), tendo a principal demanda por moradias, ou, não raro, apenas para simples orientações e/ou encaminhamentos a outros programas sociais disponíveis no município.

Ainda que dispondo de *relativa autonomia* na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na *organização da atividade*, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é a *instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social*. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa (IAMAMOTO, 2011a, p.63).

Especificamente no que diz respeito à execução do PMCMV, atualmente os cadastros de inscrição para o Programa são realizados pelo Serviço Social e os funcionários responsáveis pelo atendimento geral. A preparação para o sorteio (revisão de cadastros, solução de pendências cadastrais, e eventuais definições necessárias), as entrevistas e reuniões com os sorteados até o processo de assinatura de contratos e entrega das casas são realizadas por uma assistente social e seus estagiários. Há ainda o planejamento, elaboração e fiscalização do Projeto de Trabalho Social (PTS) destinado aos beneficiários dos Residenciais, além dos trâmites burocráticos referentes ao processo de licitação de empresas para a

execução do mesmo, os quais são realizados por outra assistente social da Secretaria.

O processo de execução do programa na Secretaria envolve prévia inscrição em sistema de cadastro totalmente digital, seleção automatizada dos grupos familiares que preencham os critérios federais e municipais pré-estabelecidos, e, dependendo da demanda, é realizado sorteio.

Após o sorteio são agendadas com o Serviço Social, entrevistas com os titulares e suplentes sorteados que procurarem a Secretaria no prazo estipulado e divulgado, e, quando necessário, no momento da entrevista, as famílias são incluídas e/ou encaminhadas para atualização no Cadastro Único para Programas Sociais.

Criado em julho de 2001, o Cadastro Único, ou “CadÚnico” é atualmente regulamentado pelo Decreto Executivo Nº 6.135, de 26 de Junho de 2007, do Ministério do Desenvolvimento Social, que “dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.”.

O CadÚnico é um sistema informatizado de inserção de dados e tem por objetivo retratar a situação socioeconômica da população de todos os municípios brasileiros, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

A utilização do Cadastro Único é obrigatória e fundamental, pois auxilia na identificação dos potenciais beneficiários e evita a sobreposição de programas habitacionais para uma mesma família.

A etapa final do processo é o envio para análise pela CAIXA do Número de Identificação Social (NIS) -gerado pelo CadÚnico- e dossiê constando documentos que comprovem a situação do grupo familiar relatada pelo usuário. Para os aprovados nesta etapa, há ainda a cerimônia de sorteio das chaves, com a definição de quem será o proprietário de qual imóvel, vistorias para localização e averiguação das condições estruturais dos imóveis, e finalmente a cerimônia de assinatura dos contratos de alienação fiduciária.

Segundo Gentili,

Os profissionais, ao operarem seu processo de trabalho, possibilitam ao usuário dos serviços organizacionais- que comparecem perante as estruturas dos mesmos- o acesso ao exercício de garantias constitucionais, ou ainda aos benefícios sociais programados, independentemente do fato do assistente social ser um agente organizacional privilegiado ou subordinado (1998, p. 108).

Cabe afirmar que os processos de trabalho do assistente social devem ser guiados por um compromisso *ético-político*, fundamentados no Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão, indo ao encontro do Projeto Ético-Político Profissional⁷⁵; perspectiva *teórico-metodológica*, aliando o conhecimento entre teoria e método de análise e desvelamento da realidade social, e por fim habilidades *técnico-operativas*, que é a operacionalização destes eixos, onde o profissional utiliza-se dos instrumentais disponíveis (visita domiciliar, entrevista, encaminhamentos, etc.) para enfrentamento das mais diversas demandas que se apresentem nos espaços sócio ocupacionais. Ressalta-se que para a efetiva realização da intervenção e da práxis profissional, estas três dimensões devem ser articuladas com a realidade social e entre si, de forma que o profissional consiga identificar estas demandas como um processo sócio-histórico, produzido e reproduzido socialmente. De acordo com Iamamoto,

Essa perspectiva incorpora os avanços teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos acumulados nas últimas décadas e, ao mesmo tempo, abre um leque de possibilidades, ainda não integralmente exploradas, no sentido de afinar, com maior rigor, as propostas analíticas sobre o Serviço Social com as provocações e desafios enfrentados no dia a dia do trabalho cotidiano (2004, p. 22).

Desta forma, para o desenvolvimento dos processos de trabalho do profissional assistente social, são utilizados os seguintes instrumentais técnico-operativos:

- Acolhimento, incluindo a recepção, atenção e escuta;
- Atendimento, ressaltando aqui o sigilo e a ética profissional;

⁷⁵ Traduzido materialmente no Código de Ética Profissional (Resolução 273/93), Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/93) e nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social elaboradas pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social- ABESS, diz respeito à busca da garantia dos direitos sociais dos usuários visando a equidade social, à liberdade como valor ético central e o reconhecimento da autonomia dos usuários (CFESS, 1993).

- Entrevista, destacando a importância do diálogo e da escuta bem como levantamento de dados e informações importantes e o conhecimento da realidade do usuário pelo usuário;
- Encaminhamento, quando a família e/ou um de seus componentes precisa de um atendimento inexistente na estrutura da Secretaria;
- Visita domiciliar, geralmente é previamente solicitada e planejada, sendo realizada com um objetivo específico.

O acolhimento acontece sempre que o usuário chega à Secretaria com sua demanda, seja a primeira vez ou retorno. Na Secretaria, há um funcionário responsável no hall de entrada do 5º andar por identificar a demanda dos usuários e encaminhar para o funcionário responsável pelo atendimento, conforme as informações que o usuário lhe fornecer.

Então, quando o assistente social refere-se a acolhimento, pode-se entender que, na entrevista, foi desencadeado um espaço de mediação no qual há responsabilização e criação de vínculos entre o usuário e a instituição, ali representada pelo profissional. Assim, o acolhimento não se limita ao ato de receber, ouvir, mas a uma seqüência de atos que buscam a intervenção resolutiva. A resolutividade diz respeito ao uso de toda tecnologia disponível para atender à demanda ligada à integralidade do usuário, tanto na dimensão individual como na coletiva (LEWGOY; SILVEIRA, 2007, p.242).

No que se refere ao atendimento, consiste em receber cordialmente o usuário na Secretaria no horário agendado e utilizar-se de atenção, escuta e orientações necessárias para o entendimento dos processos de seleção por parte dos usuários. É quando o sorteado expõe suas dúvidas e as esclarece. É o início de uma relação profissional que pode durar até 12 meses após a entrega das unidades habitacionais (tempo de duração do Projeto de Trabalho Social, pois inevitavelmente o usuário tomará como referência no programa/na Secretaria o profissional assistente social que realizou sua entrevista). De acordo com Gentilli,

Posto nos termos da regulação social, o serviço social insere-se –como processo de trabalho–, nos atendimentos dos sistemas públicos, governamentais e não governamentais de saúde, previdência, assistência, habitação e educação (1998, p.109).

A entrevista com os usuários após o sorteio é um dos instrumentos técnico-operativos fundamentais que compõem o processo de trabalho do assistente social

no PMCMV, resultando no dossiê com a documentação solicitada pelo órgão financeiro para o financiamento da moradia, onde se dá (ou não) a efetivação do programa habitacional e até mesmo da política de habitação.

Nesse sentido, o trabalho não se realiza sobre coisas ou sobre objetos, como acontece em outras áreas do saber; dá-se, ao contrário, com pessoas e, mais ainda, com base numa intercessão partilhada entre o usuário e o profissional, na qual o primeiro contribui para o processo de trabalho, ou seja, é parte ativa desse processo. Enquanto fornecedor de valores de uso substantivo, o usuário torna-se co-partícipe do processo de trabalho e, quase sempre, co-responsável pelo êxito ou insucesso da ação profissional (LEWGOY; SILVEIRA, 2007, p.239).

Sem a entrevista no processo de seleção, não há o envio da documentação solicitada, portanto, não há a entrega das residências. Assim como, quem deixa de comparecer no prazo de marcação das entrevistas ou na data marcada da sua entrevista (salvo quando procura o poder público a tempo de remarcar), não tem seu direito à moradia pelo programa garantido no Residencial a que se inscreveu, devendo aguardar novo processo de inscrição para um novo sorteio em um outro Residencial.

A entrevista no Programa é composta então por 3 momentos:

1- planejamento, que então é realizada uma reunião primeiramente com os titulares sorteados para marcação das entrevistas e abertura de prazo para os usuários procurarem o poder público, e após todas as entrevistas com os titulares é realizada entrevista com os suplentes⁷⁶.

2- preenchimento do dossiê modelo CAIXA; este obrigatoriamente deve ser preenchido pelo entrevistador e como é um documento fundamental, portanto deve ser escrito de forma legível. A solução encontrada para padronizar a letra foi preenchê-lo digitalmente, imprimir e coletar a assinatura do usuário. Nele devem constar apenas os dados do beneficiário e seu cônjuge, como o nome completo, número do Cadastro de Pessoa Física- CPF ou Registro Geral- RG ou ambos, número do PIS/PASEP, endereço completo, número de telefone, se possuem

⁷⁶ Quanto ao número de suplentes, a CAIXA Econômica Federal determina que sejam enviados no mínimo 30% do número de titulares.

emprego formal ou informal, renda bruta de cada um e assinatura de ambos em todas as páginas.

3- preenchimento do Cadastro Único para Programas Sociais- CADÚnico⁷⁷.

Quando a construção do empreendimento atinge 40%, a assistente social deve enviar, em até 60 dias, para aprovação da Caixa Econômica Federal, o Projeto de Trabalho Social- PTS para ser realizado junto às famílias beneficiárias do Programa, devendo constar ações de Pré e Pós-Ocupação, conforme já mencionado no subcapítulo 3.2.

Quanto aos encaminhamentos, são realizados quando não é possível realizar a intervenção por não ser atribuição da Secretaria, e desta forma, o usuário é encaminhado para a rede socioassistencial através de ligações telefônicas ou documento formal preferencialmente ao profissional assistente social da outra Instituição, para que tome conhecimento da realidade apresentada pelo usuário e consiga realizar o atendimento de forma a resolver a demanda ou encaminhar a quem possa.

As visitas domiciliares são realizadas a partir de solicitação do usuário, de outras entidades (como a pedido do Ministério Público e sistema judiciário, por exemplo) ou iniciativa do próprio assistente social, ao identificar a necessidade de utilização de tal instrumento. Cabe ressaltar aqui a postura ética que o profissional deve ter, pautada no Código de Ética atentando para o sigilo profissional.

Segundo Yamamoto,

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (2004, p.12).

Neste sentido, salienta-se a importância dos profissionais que atuam na área da habitação estar qualificados e capacitados para atuarem nesta realidade tão ampla e complexa, de forma a respeitar a história de vida de cada sujeito, suas

⁷⁷ Somente para aqueles que não estão inscritos.

particularidades e potencialidades, pois se sabe que determinantes sociais e educacionais influenciam as desigualdades e a qualidade de vida dos usuários.

4.3. GRUPO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS DO RESIDENCIAL DOM IVO LORSCHETER “CONSTRUINDO LAÇOS”

A transição demográfica a qual o Brasil vivencia traz mudanças significativas na distribuição etária da população brasileira. Neste novo cenário, o envelhecimento populacional representa um grande desafio para as políticas públicas, exigindo a necessidade de ampliação do conhecimento a fim ter capacidade e qualificação para realizar intervenções eficazes ao trabalhar com esta população em específico.

É reconhecido o avanço no campo das políticas públicas de proteção ao idoso que vêm sendo implantadas, definindo diretrizes no sentido de consolidar um Sistema de Garantia de Direitos da Pessoa Idosa e proporcionar uma melhor qualidade de vida a este segmento. Um destes avanços consta no Artigo 38 da Lei 10.741, o Estatuto do Idoso que é a destinação de 3% das unidades residenciais construídas através de programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos para o atendimento aos idosos.

A Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade. (BRASIL, 2004, p. 12).

Devido a maior identificação com a população idosa e percebendo a falta de opções de atividades de lazer para os idosos beneficiários do programa “Minha Casa, Minha Vida” e reconhecendo ainda a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a população idosa e o processo de envelhecimento, a fim de direcionar ações voltadas a dar conta das demandas que trazem, foi elaborado o projeto para criar um grupo de convivência da população idosa residente no “Residencial Dom Ivo Lorscheiter”, entregue em dezembro de 2014.

Este projeto foi planejado para ser realizado com os 15 idosos residentes na Quadra 02, Rua 01, do Residencial Dom Ivo Lorscheiter, determinados por critério de proximidade, pois são vizinhos. O grupo foi denominado “Construindo Laços”,

para que, em primeira impressão, já se pudesse perceber que se trata que um grupo que visa aproximação entre as pessoas.

Em um primeiro momento, foi elaborado, em conjunto com a supervisora de campo, um roteiro para visitas domiciliares⁷⁸, que contemplaram informações necessárias para caracterização da demanda e dados sociais dos usuários; bem como seus interesses pessoais, condições de saúde, contexto social, atividades de lazer e situação dos vínculos familiares.

A execução do projeto iniciou no dia 13 de maio de 2015, com a entrega dos convites⁷⁹ para o primeiro encontro do grupo de convivência. Estes foram confeccionados contendo data, hora, local e motivo do encontro e entregues pela acadêmica em mãos para os próprios usuários, possibilitando assim uma breve explicação e apresentação dos atores e do projeto. Para a aplicação do Projeto de Intervenção utilizou-se do acolhimento, escuta, entrevista, grupo de convivência, visita domiciliar e contato telefônico.

Os encontros do grupo de convivência inicialmente teriam frequência semanal, com datas, horário e local a ser definido durante a execução, conforme disponibilidade dos participantes do projeto. A princípio, ficou definido o salão comunitário do próprio Residencial como local dos encontros, cada um tendo duração de aproximadamente 1h, sendo definido conforme o cronograma das atividades. Acordei com uma das assistentes sociais da Secretaria sobre a possibilidade de uma de suas estagiárias acompanhar-me para auxiliar no registro dos encontros, já que a supervisora de campo não poderia ir.

1º- O primeiro encontro foi no dia 20 de maio, e constituiu-se de apresentação da acadêmica, do Projeto e dos usuários. Cada participante contou um pouco da sua história de vida, onde moravam antes, como eram suas vidas e qual foi o impacto do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em suas realidades, no geral mostraram-se satisfeitas e otimistas com a realização do sonho da casa própria e da possibilidade

⁷⁸ Ver Apêndice A.

⁷⁹ Ver Apêndice B.

de conhecer seus vizinhos. Para possibilitar maior interação utilizou-se da “Dinâmica do Novelo de Lã”⁸⁰.

Após as apresentações, uma das usuárias perguntou se era obrigatório os encontros serem no salão. Respondi que não, que apenas havia escolhido por ser um ponto em comum e relativamente próximo às residências; ela deu então a sugestão de fazer em sua casa o próximo encontro, pois como consideram o salão longe e são poucas pessoas não havia problema. Todas concordaram e mostraram-se animadas, disseram que poderia ser um dia na casa de cada uma. Concordei e disse que era uma ótima ideia, e se assim preferiam seria desta forma, já deixando marcado o próximo encontro na casa dela, no dia 18/06⁸¹.

O primeiro impasse foi com o meio de transporte, pois algumas vezes não havia carro e/ou motorista disponível para chegar ao local, o que resultou em atraso nas datas dos encontros, conseqüentemente na execução do projeto.

2º- No segundo encontro, como teve um intervalo de tempo considerável desde o primeiro, os usuários haviam agendado outros compromissos, alguns não foi possível conseguir contato e outros reclamaram de dores na coluna e pernas⁸² e optaram por não ir neste dia. Estavam presentes duas estagiárias do Serviço Social e a Sra. L., dona da casa. Tratamos sobre os direitos da população idosa, apresentação, breve leitura e entrega da cartilha do Estatuto do Idoso, bem como números dos principais telefones úteis que poderia ligar em caso de emergências de saúde, violência, violação de direitos, Polícia, Bombeiros, serviços da Prefeitura, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Neste sentido, segundo o Código de Ética profissional, constitui-se um dos deveres do assistente social na relação com o usuário, “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários”; conforme artigo 5º do Título III- Das relações profissionais, Capítulo I- Das relações com os usuários (CFESS, 1993, p. 5).

⁸⁰Houve apenas uma troca do material, pois ao invés de utilizar novelo de lã, utilizou-se um elástico.

⁸¹Inicialmente, o segundo encontro foi agendado para o dia 27/05, porém só fomos conseguir transporte no dia 18/06, conforme consta nos diários de campo entregues à supervisora acadêmica.

⁸² Problemas de saúde característicos da população idosa.

3º- O terceiro encontro tratou da importância da convivência harmoniosa com os vizinhos, bem como seus direitos e deveres enquanto moradores de casas geminadas. Foi realizado também como roda de conversa de forma que os usuários pudessem relatar quais suas percepções sobre o Residencial e suas principais demandas. No planejamento inicial, neste encontro seriam levantadas algumas áreas temáticas de interesse do grupo e uma seria escolhida para ser abordada no próximo encontro, porém como o projeto teve o número de encontros reduzidos esta atividade, bem como as outras planejadas para o 4º encontro, não foi realizada.

4º- No quarto e último encontro foi realizada a avaliação do projeto e das ações desenvolvidas, conforme formulário⁸³ elaborado pela estagiária em conjunto com as supervisoras acadêmica e de campo. Fizemos também uma confraternização com os participantes que compareceram ao projeto e cada um levou um prato de alimento.

Como houve dificuldade de transporte para o local dos encontros e a execução do projeto atrasou⁸⁴, foram reduzidos de 05 para 04 encontros, e as ações inicialmente previstas para o penúltimo encontro foram canceladas. Desta forma, foram realizadas no 4º (e último) encontro as ações previstas para o encerramento: confraternização e avaliação do projeto. Das visitas domiciliares, foram realizadas 07 das 15 previstas, sendo que um dos 15 usuários faleceu no decorrer da execução. Destes 07 usuários registrados, apenas 03 participaram dos encontros do grupo, caracterizando baixa adesão⁸⁵.

Concomitantemente a execução das atividades descritas, foram realizadas visitas domiciliares aos idosos para que a acadêmica pudesse conhecer a realidade e o contexto em que vivem e proporcionasse maior aproximação com os usuários, bem como atualização de informações necessárias para traçar o perfil dos usuários.

Cabe ressaltar aqui a importância do sigilo profissional devidamente regulamentado no Código de Ética profissional, Capítulo V, direito tanto do assistente social no “Artigo 15- Constitui direito do assistente social manter o sigilo

⁸³ Ver apêndice C- formulário de avaliação do projeto.

⁸⁴ Devido à elaboração de um novo projeto de intervenção, por percepção de nova demanda.

⁸⁵ Considerando que muitos ainda trabalham e a população idosa possui a saúde mais vulnerável (alguns adoeceram e uma faleceu durante o período de execução do projeto), muitos não puderam comparecer. Também o intervalo de tempo entre os encontros dificultou o comprometimento e assiduidade.

profissional” quanto dos usuários em seu “Artigo 16 - O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (CFESS, 1993, p. 7).

Quanto ao planejamento do Projeto, no início do Estágio II, fiz um levantamento nas listas de sorteio e nas listas de quem assinou contratos, disponibilizadas pela assistente social do Programa para identificar quem são os idosos residentes no Dom Ivo, quantos são, onde moram, idade, renda, escolaridade, estado civil, telefone de contato e se haviam declarado alguma deficiência no momento da inscrição. Estas informações são importantes para dar início ao Projeto, mas o objetivo era atualizá-las e complementá-las conforme a estagiária fosse conhecendo a realidade de cada usuário durante os encontros do grupo de convivência proposto e a realização das visitas domiciliares. Para o registro dos encontros realizados utilizou-se de lista de presença, fotos, diários de campo e anotações.

De modo geral, através dos cadastros constatei que dos 15 idosos apenas 02 idosos declararam residir com alguém, sendo que um reside apenas com o filho e o outro com o cônjuge, 02 não são alfabetizados, 01 não é aposentado e possui emprego com registro formal, 04 são homens, a menor idade é 60 anos e a maior é 78.

A partir da ida a campo, constatou-se que 4 idosos não permaneciam em casa durante o dia, pois “trabalham fora”⁸⁶- segundo relatos de vizinhos, portanto não tive contato com eles; 1 idosa faleceu, 2 estavam com graves problemas de saúde e não poderiam sair de casa- um deles veio a falecer durante a elaboração deste estudo. Ainda, no dia da entrega do primeiro convite, 1 idosa disse que teria interesse em participar de um grupo de convivência porém não poderia no período da manhã, pois, quando não está trabalhando, cuida da neta de 1 ano para a filha estudar. Desta forma, dos 15 idosos previstos, foram realizadas 07 visitas.

Através das visitas, analisando os dados mais relevantes, pode-se traçar o perfil destes idosos sendo que:

⁸⁶ Percebe-se que a população idosa ainda vê a necessidade, mesmo que após a aposentadoria, de manter-se economicamente ativa.

Sexo: 71,42% dos idosos declararam-se do sexo feminino e 28,57% do sexo masculino.

Idade: 71,42% possuíam idade entre 60-66 anos na data da visita e 28,57% entre 78-80 anos.

Cor: 71,42% declararam-se pertencentes à cor branca e 28,57% da cor preta.

Estado Civil: 42,85% declararam-se solteiros, 28,57% são viúvos e não possuem novos companheiros, 28,57% declararam “união estável”, porém destes apenas 50% residem com companheiro.

Escolaridade: 28,57% disseram nunca ter frequentado a escola e declararam-se “analfabetos”; 14,28 % frequentaram apenas a 1ª série do ensino fundamental, declarando-se “analfabetos”; 14,28% concluíram a 3ª série do ensino fundamental; 14,28% concluíram a 4ª série do ensino fundamental; 14,28% concluíram a 5ª série do ensino fundamental e 14,28% declararam possuir ensino médio incompleto, não especificando a série. Pode-se afirmar então que dos 7 idosos visitados, 42,85% não são alfabetizados, o que é uma percentagem considerável e reflete a não valorização da escolaridade em detrimento da necessidade de trabalhar desde a infância para “ajudar em casa” implicada na história e na vida destes sujeitos.

Renda/ocupação: 71,42% dos idosos recebem até 1 salário mínimo e 28,57% declararam possuir renda familiar total de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 na data da visita, sendo que 14,28% não são aposentados e possuem emprego informal e 85,71% são aposentados.

Organização Familiar: 42,85% moram sozinhos, 42,85% moram com filhos e 14,28% moram com companheiro.

Vínculo: 100% declararam possuir algum familiar que não more junto, sendo que 28,57% disseram que raramente mantém contato, 57,14% mantém contato todos os dias e 14,28% responderam que mantém contato de 2 a 3 vezes por semana.

Saúde: 71,42% declararam possuir algum problema de saúde e 14,28% declararam possuir alguma deficiência. Ainda, 71,42% declararam ter dificuldade em

marcar consulta com médicos e 28,57% declararam não ter dificuldade em relação a atendimentos, por possuírem planos de saúde privados.

Religião: 14,28% declararam não possuir nenhuma crença religiosa, 14,28% declararam ser da religião Kardecista e frequentar encontros religiosos pelo menos 1 vez por mês; 71,42% declararam ser da religião Católica e destes, 20% frequentam encontros religiosos pelo menos 2 vezes por mês, e 80% raramente frequentam cultos religiosos.

Lazer: Dos 7 idosos visitados, 85,71% declararam ter alguma atividade que gostaria de fazer e não faz, sendo que destes 14,28% declararam que gostariam de aprender a ler e escrever, 14,28% declararam que gostariam de trabalhar mas não podem devido à problemas de saúde, 14,28% gostariam de ter alguém para conversar, 14,28% gostariam de aprender sobre informática, 14,28% gostariam de realizar atividades artesanais e 14,28% gostariam de realizar algum trabalho voluntário através de conversa.

Quanto à participação em grupos de estudo, convivência ou cursos, 100% responderam negativamente, que não participam.

Em resposta à pergunta “Como você considera que está sua vida atualmente?”, 28,57% responderam que a consideram “razoável”, 28,57% responderam que está “ótima, não poderia estar melhor” e 42,85% responderam que está “boa, mas poderia melhorar”.

Em relação à pergunta “Como você considera que está sua casa atualmente?”, 71,42% responderam “ótima, não poderia estar melhor”, 14,28% responderam “boa, mas poderia melhorar”, relacionando a falta de móveis e 14,28% disseram estar “razoável”, relacionando problemas no sistema hidráulico (vazamento de água no banheiro). Estes dados demonstram uma taxa positiva de satisfação com o Programa Minha Casa, Minha Vida, mas que ainda necessita de aperfeiçoamentos.

Quando questionados como consideram que está a vizinhança atualmente, 14,28% responderam “não conheço meus vizinhos”, 14,28% responderam “ótima, não poderia estar melhor” e 71,42% disseram estar “boa, mas poderia melhorar”.

Relacionando com a o formulário de avaliação aplicado, pode-se afirmar que houve uma avaliação positiva dos participantes do projeto, pois apesar da baixa adesão (dos 15 idosos previstos, apenas 3 participaram do encontros), todos que efetivamente participaram pretendem dar continuidade aos encontros periodicamente, sendo 100% de resposta “SIM” para a pergunta “Você pretende continuar os encontros com os vizinhos?”. Para a pergunta “Você conheceu algum vizinho que nunca havia conversado?”, 33,3% responderam “SIM”, o que evidencia a possibilidade de fazer novas amizades nos grupos de convivência. Quanto à pergunta “O projeto executado foi importante para você? Por quê?”, observou-se uma taxa de 100% de respostas positivas, sendo que 33,3% responderam “para conhecer melhor os vizinhos” e 66,6% responderam que foi importante para “conversar, trocar ideias e informações” (siu)⁸⁷.

De forma geral, através das informações dos usuários, podemos dizer o perfil dos idosos visitados: Sexo feminino, com idade entre 60 e 66 anos, branca, solteira, não alfabetizada, mora sozinha ou com filhos e recebe até um salário mínimo de aposentadoria. Possui familiares que residem em outro local, mas que mantém contato todos os dias, tem problemas de saúde e dificuldades em marcar atendimento médico; é católica, porém raramente frequenta algum culto religioso. Tem vontade de realizar alguma atividade que não faz, como artesanato, trabalhar, conversar, aprender a ler e escrever, trabalho voluntário ou algum curso de informática. Não participa de nenhum grupo de estudo, convivência ou curso atualmente, bem como considera que sua vida está boa, mas poderia melhorar; consideram sua casa ótima, e sua vizinhança boa, mas poderia melhorar.

⁸⁷ Segundo informações do usuário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência de estágio pode-se acompanhar na prática a execução da Política Habitacional, visualizando assim os maiores desafios implicados nesta, como a não absorção de toda a demanda por habitação, já que a oferta é menor do que a procura, e esta ainda deve respeitar os critérios pré-estabelecidos pelo Governo Federal e Municipal para a seleção dos beneficiários, incluindo limite de renda e hierarquização do número de critérios preenchidos por grupo familiar, o que acaba por adiar a conquista do sonho da casa própria para muitas famílias. Também devem ser pensadas estratégias de fiscalização após a entrega dos Residenciais, pois a incidência de moradias que são alugadas, vendidas ou abandonadas ainda deve ser reconhecida, enquanto muitas famílias estão aguardando a sua vez na lista de suplentes.

No entanto, são inegáveis os avanços na Política Habitacional brasileira, onde atualmente há a possibilidade de milhares de pessoas adquirirem sua casa própria através de financiamentos com consideráveis descontos subsidiados pelo governo federal, que aumentam à medida que a renda familiar diminui e ainda efetivamente tem preferência famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Levando em consideração a atual configuração etária da sociedade brasileira, onde a população idosa está crescendo gradativamente, em um processo de envelhecimento expressivo, ao contrário dos índices de natalidade e mortalidade que estão cada vez menores, percebe-se o quanto deve ser ampliado o debate sobre o envelhecimento para que as políticas públicas possam viabilizar um cuidado efetivo e integral na atenção a esse segmento. Cabe ressaltar que a reserva de unidades habitacionais para idosos e pessoas com deficiência e a obrigatoriedade da execução do trabalho social para todos os moradores em todas as intervenções habitacionais foi de fundamental importância na garantia dos direitos destes usuários.

Envelhecer é inevitável. Diante deste fato, o que temos a fazer é tornar esse processo menos doloroso, mais natural, que deve ser entendido como uma nova etapa de vida, apesar de exigir mais atenção e cuidados do que as outras.

Ainda hoje os idosos são vistos por muitos como um “problema social”, que veem como “solução” manter os idosos em instituições de repouso e asilos, causando menos “transtornos” longe do convívio com outros familiares e

principalmente, fora dos olhos da sociedade. Tal condição não pode jamais ser vista como algo “comum”, “banal” no nosso cotidiano, temos que ser solidários hoje para que sejam solidários conosco amanhã.

É preciso que pensemos a realidade social do idoso atualmente, bem como as políticas públicas existentes e todos os fatores que alterem o seu bem estar e qualidade de vida, sempre visando à longevidade saudável e principalmente prazerosa dessa parte da população, para que o idoso continue sentindo-se parte integrante da sociedade, ou que seja (re) incluído nela.

Neste sentido, salienta-se o papel fundamental do trabalho do Serviço Social e do profissional assistente social nessa luta colaborando nas práticas interdisciplinares rumo à desfragmentação do conhecimento e contribuindo na contextualização do processo social do envelhecimento na perspectiva de um cuidado efetivo e integral com a população idosa. Este profissional, que necessita ter uma visão crítica, propositiva e transformadora, pode potencializar ao idoso acreditar em si e buscar seus direitos, proporcionando este a redescobrir sua identidade fora do mundo do trabalho.

Desta forma, acredita-se na possibilidade de diminuir as distâncias existentes entre as políticas públicas que garantem proteção e cuidado aos idosos e a realidade que eles vivenciam, através da democratização de informações nos grupos de convivência, buscando a responsabilização cada vez maior do Estado, bem como a participação e fiscalização da sociedade na garantia dos direitos já garantidos em lei.

O estágio supervisionado proporcionou-me uma aprendizagem de qualidade, por meio da supervisão direta, pautado nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, consignada no Código de Ética profissional e garantindo a qualidade do futuro exercício profissional como consequência desta articulação entre teoria e prática.

As supervisões de estágio, tanto acadêmicas quanto de campo foram possibilidades de momentos de reflexão e análise da prática profissional, reforçando a importância da constante atualização teórica, dedicação, responsabilidade e comprometimento com a Instituição em que estava inserida e principalmente com os usuários, que esperam respostas para suas demandas e muitas vezes veem no profissional do Serviço Social a garantia de solução. O contato direto com as supervisoras serviu como apoio fundamental durante o período estágio,

proporcionando-me perceber que o assistente social nem sempre consegue responder a todas as demandas que se apresentam nos serviços, por inúmeros fatores inerentes a sua dimensão interventiva, e que acima de tudo não se deve perder a capacidade de indignação diante das injustiças sociais.

Espera-se que este trabalho de conclusão de curso tenha possibilitado ao leitor uma reflexão de qualidade sobre a inserção da população idosa nas políticas públicas, conhecer a realidade, a organização institucional e os serviços prestados pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria/RS, bem como o setor de Serviço Social, o que faz e como se configura no âmbito do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Kássia Cristina Uchôa Soares. **Reflexões sobre o trabalho social na habitação**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis/ Maranhão. 2011

BARON. C. M. P., **A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões- IAPS**. In: Revista Tópos, v. 5, n° 2, p. 102 - 127, 2011. Disponível em < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2287/2092> >. Acesso em: 04 set. 2015.

BIEGER, J. et al. **O envelhecimento (como) expressão da Questão Social e algumas considerações pertinentes ao exercício profissional**, 2014. Disponível em < <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-envelhecimento-como-express%C3%A3o-da-quest%C3%A3o-social.pdf> >. Acesso em: 09 abr. 2015.

BITTENCOURT, Ana. **Habitação: Prefeitura divulga lista de candidatos aptos ao sorteio do Residencial Leonel Brizola**. Prefeitura municipal de Santa Maria. 2015. Disponível em < <https://www.santamaria.rs.gov.br/habitacao/noticias/10564-habitacao-prefeitura-divulga-lista-de-candidatos-aptos-ao-sorteio-do-residencial-leonel-brizola> >. Acesso em: 09 set. 2015.

BRASIL. (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. **Entenda como funciona o Minha Casa Minha Vida**. 2014. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/04/entenda-como-funciona-o-minha-casa-minha-vida> >. Acesso em: 19 mar. 2015.

_____. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1º de outubro de 2003. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm >. Acesso em: 08 ago. 2015.

_____. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 7 de julho de 2009. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm >. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011**. Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs

10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 16 de junho de 2011. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm >. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Minha Casa Minha Vida entregou 2,4 milhões de moradias.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/minha-casa-minha-vida-entregou-2-4-milhoes-de-moradias>>. Acesso em: 22 out. 2015.

_____. Ministério das Cidades. **Estatuto da Cidade.** Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm >. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação.** Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Ministério das Cidades. Portaria nº 595 de 18 de dezembro de 2013. **Dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.** Brasília, 2013. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/12/2013&jornal=1&pagina=99&totalArquivos=184>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

_____. Ministério das Cidades. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. **Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades.** Brasília, 2013. Disponível em <http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf> Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Caderno de Atenção Básica, N. 19. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Brasília, 2010.

_____. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, Brasília, 1990.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social.** Brasília: SNAS. 2009. 40p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004**, Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional do Idoso- PNI**, Lei nº 8.842, de janeiro de 1994, Brasília, 1994. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. **O Estatuto da Cidade: comentado** = The City Statute of Brazil: a commentary/ organizadores Celso Santos Carvalho, Ana Claudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicado no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009, Brasília, 2009.

BRAVO, Maria Inês S. **Política de Saúde no Brasil**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. MOTA, Ana E. et al. (orgs.). 4. ed. São Paulo: Editora Cortez. Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 88-110. 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Guia do Proprietário**. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Guia_do_proprietario.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

_____. **Minha Casa Minha Vida-Habitação urbana**. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 22 out. 2015.

_____. Minha Casa Minha Vida- Recursos FAR. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 22 out. 2015.

CAROLINO, J. A ; CAVALCANTI, P. B. **Vulnerabilidade Social da População Idosa e a Necessidade de Políticas de Proteção como Mecanismo de Inclusão Social**. Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol.9. No 1 (2010). Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/688/367>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

CASTIGIONI, Leila Origuella, BORGES, Maria de Fátima Costa; SOUZA Maria do Carmo Moreira. **Habitação e serviço social: uma questão de cidadania**. Episteme Revista Científica da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo. Vitória - ES, 2010, vol. 01, nº 1, p. 40-50. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/103500654/EPISTEME-Revista-Cientifica-Salesiano-N01#scribd>>. Acesso em: 28 de abr. 2015.

CARVALHO, M. C. Brant. **Trabalho Social na Habitação, conceitos básicos e novas diretrizes do Ministério das Cidades para o Trabalho Social** In: Curso a distância de autoinstrução: Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social. Módulo 1, Unidade 1. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação / SNH, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

_____. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília, 1993.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. **Uma Análise da Política Urbana e Habitacional no Brasil** – a construção de uma ilusão. Revista Áskesis | v. 3 | n. 1 | janeiro/junho – 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. -10 ed. - São Paulo, Cortez, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informações Déficit habitacional no Brasil 2011-2012** / Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2015.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social**. Editora Veras, São Paulo, 1998.

GOBBO, E.; KATZER, M. D. **Percepção sobre convivência familiar e comunitária da população idosa**. Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais da Família, Criança e Adolescente. Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOSEC). São Miguel do Oeste, Santa Catarina, Brasil. S.d. Disponível em <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Monografia-M%C3%B4nia-Datiane-Katzer.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

GONÇALVES, Maria da Conceição. **Habitação**. Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Nº 03, CEFSS/ABEPSS/CEAD/NED/UnB, 2000; Brasília.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 21 ed. - São Paulo, Cortez, 2011a.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. 6 ed. Editora Cortez. 2011b.

_____. **As dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2004. Disponível em <<http://www.funorte.com.br/files/servico-social/04.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade**. 2013. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: 08 abr. 2015.

_____. **Você sabia? Dia nacional do idoso**. Disponível em <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/calendario-7a12/event/44-dia-nacional-do-idoso>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos_pdf.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

JANCZURA, Rosane; NOAL, Ednilson Bolson. **A política nacional de habitação e a oferta de moradias**. In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 157 - 169, jan./jul. 2001.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. 2007, p.242). **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social**. Porto Alegre. Revista Textos & Contextos v. 6 n. 2 p. 233-251. 2007. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Fois%2Findex.php%2Ffass%2Farticle%2Fdownload%2F2315%2F3245&ei=WbSSVd2GJ4eoNsuFsvAC&usq=AFQjCNEW0Ro3zz32-aNyxt3enK_DJuAjVg&sig2=bxIKV1PFZBShlgrPFgA2-Q&bvm=bv.96783405,d.eXY>. Acesso em: 13 jun. 2015.

LOBATO, Alzira Tereza. **Considerações Sobre o Trabalho do Assistente Social na Área do Envelhecimento**. In: Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. 4ª ed. (Coletânea Nova de Serviço Social) Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2013.

MAIS CASA MAIS VIDA. **O Minha Casa Minha Vida transformou a vida de +9 milhões de brasileiros**. Disponível em <<http://maiscasamaisvida.com.br/noticia/258-O-Minha-Casa-Minha-Vida-transformou-a-vida-de-9-milhoes-de-brasileiros>>. Acesso em: 22 out. 2015.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. -15.ed. – São Paulo. Editora Cortez, 2010.

MINAYO, M.C.S. **Violência contra idosos no Brasil: relevância para um velho problema**. Cadernos de Saúde Pública, 19(3): 783-791, 2003.

MOREIRA, Mike. **A especulação imobiliária versus a função social da propriedade: ponderações jurídicas acerca da especulação imobiliária à luz da função social da propriedade**. Disponível em <<http://mikemoreira.jusbrasil.com.br/artigos/136067251/a-especulacao-imobiliaria-versus-a-funcao-social-da-propriedade>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MOTTA, L. B.; AGUIAR, A. C. **Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro**: integralidade, interdisciplinaridade e intersectorialidade. Revista Ciência Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 363-372, 2007.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em < <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf> >. Acesso em: 10 ago. 2015

PADOIN, Isabel Graciele; VIRGOLIN, Isadora Wayhs Cadore. **A vulnerabilidade social como uma dificuldade a participação política**. In: Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNICRUZ. 15ª ed. XIII Mostra de Iniciação Científica. VIII Mostra de Extensão. Cruz Alta- RS. Universidade de Cruz Alta, 2010. Disponível em <http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/A%20VULNERABILIDADE%20SOCIAL%20COMO%20UMA%20DIFICULDADE%20A%20PARTICIPAC%3%87%C3%83O%20POL%3%8DTICA.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em debate**. Editora Cortez, Coleção questões da nossa época, v. 17, 3ª ed. São Paulo, 2010.

PESSOA, Fernanda Reis; VIEIRA, Marina Nunes. **Concessão de uso especial para fins de moradia**: uma nova ordem urbanística. Disponível em <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6570>. Acesso em: 18 abr. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Portal da Transparência**. 2015. Disponível em < http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/index.php?secao=contaspublicas&tipo=OA&menu_sec=1 >. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em < <https://www.santamaria.rs.gov.br/habitacao/327-pac> >. Acesso em 09 set. 2015.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. **1º Balanço do PAC 2015 (Janeiro- Junho 2015)**. 2015. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco>>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. **Medidas Institucionais e Econômicas**. Disponível em < <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/medidas> >. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. **Sobre o PAC**. Disponível em < <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 09 set. 2015.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilasio. **As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais**. In: SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011.

RUSSO, J. P. R. , **Função Social da Propriedade Urbana no III Plano Diretor de Pelotas**. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

SANTA MARIA (RS). Lei Nº 5.309, de 13 de maio de 2010. **Altera dispositivos da Lei Municipal nº 5189/09, de 30/04/2009 e cria a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária e dá outras providências**. Disponível em <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2010/LM_5309_10.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2015.

_____. Decreto Executivo nº 048 de 21 de Maio de 2013. **Estabelece critérios municipais adicionais de seleção dos beneficiários do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências**. Disponível em <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/DE/2013/DE_048_SMH_Criterios_minha_casa_minha_vida.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2015.

SARMENTO, Helder Borba de Moraes. **Serviço Social das tradicionais formas da regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais**. Módulo 04. CEAD-UNB, Brasília.1999.

SENADO FEDERAL. **Sistema S**. Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 22 out. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 87, p. 96-122. Cortez, 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do serviço social** – 6. Ed. – Biblioteca Básica de Serviço Social; v.3. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Dayse. **Serviço Social na Terceira Idade: Uma Práxis Profissional**. Editora UFPA. Belém, 2003.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE VISITA DOMICILIAR
PROJETO CONSTRUINDO LAÇOS

• **Usuário**

Nome Completo:	
Apelido:	
Sexo:	
Idade e Data de Nascimento:	
Cor:	<input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Outra: _____
Estado Civil:	
Escolaridade:	
Emprego/Ocupação:	
Renda formal:	
Renda informal:	
Bolsa família	<input type="checkbox"/> Sim, R\$ <input type="checkbox"/> Não
Telefone para contato:	
Endereço:	Rua 1, Quadra 2, Lote , Casa
Obs:	

• **Cuidador**

Nome:	
Idade:	
Qual o vínculo com o usuário:	
Mora com o usuário	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

• **Organização familiar:**

Quantos residem na casa:	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> +de 5 pessoas
1	Idade: Vínculo:
2	Idade: Vínculo:
3	Idade: Vínculo:
4	Idade: Vínculo:
5	Idade: Vínculo:
6	Idade: Vínculo:
Há alguém com deficiência ou necessidade de cuidado especial:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Quem?	<input type="checkbox"/> O próprio <input type="checkbox"/> Outro:
Há alguém que frequente a escola?	<input type="checkbox"/> O próprio <input type="checkbox"/> Outro:
Há algum familiar que não more junto?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Qual o vínculo?	
Tem contato com esse familiar?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Com que frequência?	<input type="checkbox"/> 1 vez por semana <input type="checkbox"/> 2 a 3 vezes por semana <input type="checkbox"/> Todos os dias <input type="checkbox"/> Raramente
Utiliza transporte público?	<input type="checkbox"/> Sim, todos os dias. <input type="checkbox"/> Sim, 2 a 3 vezes por semana. <input type="checkbox"/> Sim, raramente <input type="checkbox"/> Não

• **Necessidades de cuidado e tratamento:**

Possui alguma deficiência ou doença crônica?	<input type="checkbox"/> Sim, doença
--	--------------------------------------

	<input type="checkbox"/> Sim, deficiência <input type="checkbox"/> Sim, ambas <input type="checkbox"/> Não
Qual?	
Essa deficiência ou doença dificulta a sua mobilidade ou afazeres diários?	<input type="checkbox"/> Sim, <input type="checkbox"/> Não
Como você considera que está sua saúde?	<input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssima
Utiliza medicamentos? Quantos?	<input type="checkbox"/> Sim, <input type="checkbox"/> Não
Quantos tem que comprar?	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> +de3
Quantos consegue gratuitamente?	<input type="checkbox"/> Todos <input type="checkbox"/> Alguns <input type="checkbox"/> Nenhum
Quem administra seus medicamentos?	<input type="checkbox"/> O próprio <input type="checkbox"/> O cuidador <input type="checkbox"/> Outro
Com que frequência vai ao médico?	<input type="checkbox"/> 1x por semana <input type="checkbox"/> 2-3 vezes por semana <input type="checkbox"/> 1 vez por mês <input type="checkbox"/> 2 vezes por mês <input type="checkbox"/> Raramente
Tem dificuldade em marcar consulta? Por quê?	<input type="checkbox"/> Sim, <input type="checkbox"/> Não

• **Alimentação:**

Quem prepara?	<input type="checkbox"/> O próprio <input type="checkbox"/> Outro
Quantas refeições faz por dia?	<input type="checkbox"/> 1-2 <input type="checkbox"/> 3-4 <input type="checkbox"/> 5-6 <input type="checkbox"/> +de6
Possui alguma restrição alimentar?	<input type="checkbox"/> Sim,

	<input type="checkbox"/> Não
--	------------------------------

• **Religião:**

Possui alguma crença religiosa? Qual?	<input type="checkbox"/> Sim, sou <input type="checkbox"/> Não
Frequenta algum culto religioso?	<input type="checkbox"/> Todos os dias <input type="checkbox"/> 1x por semana <input type="checkbox"/> 2-3 vezes por semana <input type="checkbox"/> 1 vez por mês <input type="checkbox"/> 2 vezes por mês <input type="checkbox"/> Raramente

• **Lazer:**

Faz algum artesanato? O quê?	<input type="checkbox"/> Sim, <input type="checkbox"/> Não
O que mais gosta de fazer? Tem algum <i>hobby</i> ?	
Há alguma coisa gostaria de fazer e não faz? O quê? Por quê?	<input type="checkbox"/> Sim, <input type="checkbox"/> Não
Atualmente frequenta algum outro grupo de estudo, convivência ou curso? Qual?	<input type="checkbox"/> Sim, <input type="checkbox"/> Não

Possui animal de estimação?	<input type="checkbox"/> Sim, <input type="checkbox"/> Não
Como você considera que está sua vida atualmente?	<input type="checkbox"/> Ótima, não poderia estar melhor <input type="checkbox"/> Boa, mas poderia melhorar <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Péssima, não gosto da minha vida
Como você considera que está sua casa atualmente?	<input type="checkbox"/> Ótima, não poderia estar melhor <input type="checkbox"/> Boa, mas poderia melhorar <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Péssima, não gosto da minha casa
Como você considera que está sua vizinhança atualmente?	<input type="checkbox"/> Ótima, não poderia estar melhor <input type="checkbox"/> Boa, mas poderia melhorar <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Péssima, não gosto da minha vizinhança <input type="checkbox"/> Não conheço meus vizinhos <input type="checkbox"/> Sou indiferente

• **Orientações sobre cuidados emergenciais:**

Em caso de emergência, ligar para:	Fone:	Vínculo:
1		
2		
3		

Anotações:

APÊNDICE B- MODELO DE CONVITE

CONVITE

Você está convidado para conhecer o

Projeto “Construindo Laços”

Venha no **primeiro encontro** do Grupo de Convivência para idosos da Quadra 02 do Residencial Dom Ivo Lorscheiter.

Sua presença é muito importante!

Quando? Dia 20 de maio (quarta-feira)

Que horas? 10h (manhã)

Onde? No salão do Residencial.

Atenciosamente, Andressa M. da Silva.
Acadêmica de Serviço Social/UFMS.

Apoio:



O que é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

- serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, conforme as especificidades dos ciclos de vida;
- intervenção social planejada;
- se propõe a assegurar espaços de convívio e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade;
- Valoriza a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas;
- desenvolve o sentimento de pertença e de identidade;
- promove a socialização e a convivência comunitária;
- incentiva a participação comunitária, a apropriação dos espaços públicos e o protagonismo no território.

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

APÊNDICE C- FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

Nome (opcional):	
Endereço (opcional):	
Data (obrigatório):	Idade (obrigatório):
O projeto executado foi importante para você? Por quê?	
Você conheceu algum vizinho que nunca havia conversado? () SIM () NÃO	
Você pretende continuar os encontros com os vizinhos? () SIM () NÃO	